



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

*M. Faust*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*

---

# Grandes opções do plano e orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

*Maur*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[List of signatures]*

---

# RELATÓRIO

## Grandes Opções do Plano

(PPI – Plano Plurianual de Investimentos  
e AMR – Atividades  
+ Relevantes)  
e Orçamento 2014

Tomar, dezembro de 2013



## Grandes Opções do Plano 2014/17 e Orçamento para 2014

## Preâmbulo

Os documentos previsionais do município de Tomar para 2014 compreendem a gestão de um conjunto de instrumentos financeiros enquadrados em receitas e despesas: Orçamento para 2014 e Opções do Plano 2014/2017.

A câmara municipal de Tomar elaborou o orçamento para 2014 num contexto de crise económica financeira, sob um programa de ajustamento definido pela denominada “troika” caracterizado por grande austeridade, em grande parte acrescida pela política definida pelo governo português, como mais uma vez se torna evidente no orçamento de estado apresentado e aprovado.

Neste contexto, os documentos previsionais que apresentamos apoiam-se em princípios e regras de rigor, contenção, prudência, equidade geracional e transparência, e nas disposições legais contidas nos diplomas em vigor que condicionam a locação de recursos na autonomia da gestão municipal, tendo sempre em conta, apesar de todas as restrições, as necessidades agudizadas dos munícipes e da evolução do concelho.

O orçamento municipal de receita proposto para 2014 apresenta o valor de 44.758.000€. Mas várias são as incertezas que condicionam este orçamento: dos inúmeros processos em tribunal cujo desfecho global é imprevisível, à lei recente de novas atribuições das juntas de freguesia, cuja ambiguidade não permite para já, saber com rigor a dimensão do envelope financeiro a transferir para cada uma delas.

Ainda assim, a relação com estes importantes parceiros na estratégia de desenvolvimento a trilhar, baseada em princípios de homogeneidade do território na qualidade de vida em igualdade para todos – conhecerá uma nova forma de trabalho alicerçado na disponibilidade para o diálogo e na transparência de procedimentos.

Por outro lado, as opções do Plano refletem na despesa os compromissos assumidos ao longo dos últimos anos e para os quais não houve em tempo o conveniente desfecho, ou dos projetos em curso ou do cumprimento financeiro desses projetos.

São disso exemplo maior os casos do Parque T, com 4.776.000€, e a obra da Levada com 4.334.600€, obra para a qual se fará um grande esforço de conclusão em 2014, iniciando em paralelo o projeto de musealização ainda inexistente.

É por isso importante ressaltar com grande destaque a despesa estrutural comprometida:

Despesa Estrutural	
Pessoal	10.011.460€
Despesas de funcionamento	10.395.000€
Serviço da dívida (amortização + juros de empréstimos)	3.109.490€
<b>Total</b>	<b>23.515.950€</b>

Também na receita essas opções herdadas estão patentes, não só pelo não retorno financeiro da generalidade dos projetos concretizados ou, por concretizar mas cujos compromissos financeiros foram assumidos, mas também pela diminuição de proveitos advindos das diversas taxas municipais, facto demonstrativo do elevado abrandamento económico do concelho. Com tão fastigioso montante de despesa comprometida, será necessário recorrer a receitas extraordinárias, como seja a venda de património; ou a procura de novas fontes de receita, passando pela aplicação de novas taxas, desde logo no âmbito do estacionamento automóvel em algumas artérias da cidade.

Estas condicionantes não permitirão como se desejaria, para já, um maior investimento no âmbito das funções sociais ou do desenvolvimento associativo, nas áreas da cultura, do desporto e do lazer. Ainda assim, fica clara a aposta na educação e apoios sociais que no seu conjunto totalizam 2.772.000€.

Para mais, fica evidente a opção política da aposta neste âmbito, bem como nas do desenvolvimento económico e consequente criação de emprego e geração de riqueza, base essencial para toda a promoção de uma melhor qualidade de vida dos munícipes. Aqui, a aposta concretiza-se desde logo no projeto Cenit com 800.000€ de investimento e no Mercado Municipal que, para obra, compreende um valor de 650.000€.

Para alcançar melhores resultados há que começar pela base, assim, está em curso um exercício de reorganização dos serviços do município assente desde logo nos princípios de uma melhor eficácia e eficiência destes, racionalização de despesas supérfluas e/ou redundantes no quando das opções e prioridades políticas.

Ulteriormente, destacam-se para 2014 algumas opções políticas:

- Criar o balcão único de atendimento municipal;
- Rever o vasto leque de regulamentos em vigor, já desenquadrados da realidade e atrofiadores, e a aprovação de inexistentes em áreas onde se entendam pertinentes;
- Promover a implementação do gabinete de desenvolvimento económico, com uma forte componente de apoio ao investidor;
- Apoiar a consolidação do projeto Cenit, propriedade da IBM, como relevante instrumento de criação de postos de trabalho e de atrativo para a fixação de outras empresas de cariz tecnológico;
- Incrementar a participação do Instituto Politécnico em projectos do município, e a premente maior envolvência dos alunos na comunidade;
- Apostar na conclusão da obra do mercado municipal, e mais ainda na dinâmica a ali implementar, como motor não só para a economia primária e a ligação à restauração e ao turismo, mas também como palco para diversos eventos complementares;
- Entender a cultura e os eventos de forma geral, também, como geradores de desenvolvimento económico para o concelho e de receitas para o município;
- Concluir a revisão do PDM, importante instrumento de organização do território até aqui entrave ao desenvolvimento;



- Concluir as obras da Levada e dar início ao projeto para a sua musealização;
- Procurar soluções para a pesada dívida à Parque T;
- Apostar no apetrechamento dos bombeiros municipais e da protecção civil, desde logo no equipamento do pessoal e das viaturas;
- Iniciar a renovação do parque de máquinas do município;
- Apostar no microcrédito e no empreendedorismo jovem.

Deve ficar bem claro, que este não é o orçamento que gostaríamos de apresentar, mas sim aquele que é possível no momento face ao que está comprometido por opções anteriores, ficando desde já a assunção de proceder à elaboração de um orçamento retificativo no início do segundo trimestre, capaz de reflectir de forma mais evidente o cunho do executivo agora em funções, e a filosofia de mudança na gestão e orientação dos serviços do município que pretendemos implementar.

Os objetivos previstos no orçamento para 2014 impõem princípios de contenção e rigor, ponderação e bom planeamento. E também uma franca disponibilidade democrática para acolher os melhores contributos das forças políticas, no âmbito da câmara e da assembleia municipal, e outros contributos da comunidade tomarense.

Para o esforço que terá de ser coletivo e de orientação una, o envolvimento dos trabalhadores – que não são imunes às dificuldades sociais e económicas que vivemos – o aproveitar das suas experiências e formações, e o reforçar destas, são de importância capital para o alcançar dos objetivos propostos. E a mesma envôlência terá de ser conseguida e implementada, de forma transversal, a toda a nossa comunidade.

**Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa.**

Tomar, 17 de dezembro de 2013

A Presidente de Câmara

Anabela Freitas

Objectivo

Objectivo	Código da classificação económica	N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto	
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros		
01	FUNÇÕES GERAIS											1.365.175,32	3.705.000,00	2.368.000,00	1.337.000,00	465.000,00	465.000,00	390.000,00	0,00	6.390.175,32	
01/001	SERV. GERAIS ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA											1.205.184,98	3.207.500,00	1.870.500,00	1.337.000,00	345.000,00	345.000,00	270.000,00	0,00	5.372.684,98	
01/001/01	INSTALAÇÕES MUNICIPAIS											398.954,75	381.000,00	381.000,00	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	929.954,75	
	02	07 01 03 01	00P01/001/01/01		A	0	100	0	DOM	02-01-2005	31-12-2016	0	398.954,75	330.000,00	330.000,00		75.000,00	75.000,00			878.954,75
	02	07 01 03 01	00P01/001/01/10		O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
	02	07 01 03 01	00P01/001/01/11		A	0	100	0	DPC	02-01-2014	31-12-2014	0		50.000,00	50.000,00						50.000,00
01/001/02	OUTROS EDIFÍCIOS											20.020,42	2.217.000,00	880.000,00	1.337.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	2.267.020,42	
	02	07 01 03 07	00P01/001/02/02		A	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	20.020,42	70.000,00	70.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		120.020,42
	02	07 01 03 07	00P01/001/02/03		E	0	100	0	DOM	02-01-2014	31-12-2014	0		800.000,00	800.000,00						800.000,00
	02	07 01 03 07	00P01/001/02/04		E	0	100	0	DOM	02-01-2014	31-12-2014	0		1.347.000,00	10.000,00	1.337.000,00					1.347.000,00
01/001/04	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO											747.581,63	589.500,00	589.500,00	0,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	0,00	2.057.081,63	
	02	07 01 09	00P01/001/04/01		O	0	100	0	DS	02-01-2009	31-12-2017	0	126.650,45	20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		206.650,45
	02	07 01 07	00P01/001/04/04		O	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	230.706,20	97.500,00	97.500,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		478.206,20
	02	07 01 08	00P01/001/04/05		O	0	100	0	DS	02-01-2009	31-12-2017	0	201.299,78	387.000,00	387.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		888.299,78
	02	07 01 10 02	00P01/001/04/06		O	0	100	0	DS	02-01-2009	31-12-2017	0	143.569,18	80.000,00	80.000,00		70.000,00	70.000,00	70.000,00		433.569,18
	02	07 01 15	00P01/001/04/08		O	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2014	0	45.356,02	5.000,00	5.000,00						50.356,02
01/001/05	EQUIPAMENTO TRANSPORTE											38.628,18	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	118.628,18	
	02	07 01 06 02	00P01/001/05/02		O	0	100	0	DS	02-01-2009	31-12-2017	0	38.628,18	20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		118.628,18
01/002	PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS											159.990,34	497.500,00	497.500,00	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00	1.017.490,34	
01/002/06	BOMBEIROS MUNICIPAIS											147.937,37	440.000,00	440.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	887.937,37	
	02	07 01 06 02	00P01/002/06/02		O	0	100	0	DPC	02-01-2009	31-12-2017	0	55.804,35	20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		135.804,35
	02	07 01 10 02	00P01/002/06/03		O	0	100	0	DPC	02-01-2009	31-12-2017	0	92.133,02	420.000,00	420.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00		752.133,02
01/002/07	PROTECÇÃO CIVIL											12.052,97	57.500,00	57.500,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	129.552,97	
	02	07 01 09	00P01/002/07/02		O	0	100	0	DPC	02-01-2009	31-12-2017	0	3.697,97	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		43.697,97
	02	02 02 25	00P01/002/07/03		O	0	100	0	DPC	02-01-2010	31-12-2017	0	8.355,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		48.355,00
	02	02 02 14	00P01/002/07/06		O	0	100	0	DPC	02-01-2014	31-12-2014	0		37.500,00	37.500,00						37.500,00
02	FUNÇÕES SOCIAIS											23.070.597,17	8.441.250,00	8.041.250,00	400.000,00	7.948.500,00	2.130.100,00	880.000,00	0,00	42.470.447,17	
02/001	EDUCAÇÃO											15.846.100,78	1.482.000,00	1.082.000,00	400.000,00	7.743.500,00	1.930.100,00	680.000,00	0,00	27.661.700,78	

Objectivo	Código da classificação económica	N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014				Anos Seguintes				Total Previsto
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros		
02/001/09	<b>CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS</b>												2.513.146,00	500.000,00	100.000,00	400.000,00	6.963.500,00	1.150.100,00	0,00	0,00	11.126.746,00
	02	07 01 03 05	00P02/001/09/02	Construção Centros Escolares	E	0	30	70	DOM	02-01-2006	31-12-2016	3	2.513.146,00	500.000,00	100.000,00	400.000,00	6.963.500,00	1.150.100,00			11.126.746,00
02/001/10	<b>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR MAQ.EQUIP.</b>												122.428,09	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	362.428,09
	02	07 01 10 02	00P02/001/10/01	Equipamento e Mobiliário	O	0	100	0	DEAS	02-01-2009	31-12-2017	0	46.837,62	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		86.837,62
	02	07 01 03 05	00P02/001/10/02	Const.Recup. Conserv. edifícios	A	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	75.590,47	50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		275.590,47
02/001/11	<b>ENSINO BÁSICO INSTALAÇÕES</b>												8.769.185,53	222.000,00	222.000,00	0,00	110.000,00	110.000,00	10.000,00	0,00	9.221.185,53
	02	07 01 03 05	00P02/001/11/01	Const.Recup.Conservaçã o de Edifícios	E	30	0	70	DOM	02-01-2009	31-12-2016	3	8.335.361,22	212.000,00	212.000,00		100.000,00	100.000,00			8.747.361,22
	02	07 01 10 02	00P02/001/11/03	Equipamento e mobiliário	O	30	0	70	DEAS	02-01-2009	31-12-2017	0	433.824,31	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		473.824,31
02/001/5001	<b>ENSINO ACÇÕES DIVERSAS</b>												4.233.741,74	650.000,00	650.000,00	0,00	570.000,00	570.000,00	570.000,00	0,00	6.593.741,74
	02	04 07 01	00P02/001/5001/01	Prog.de Desenv.Expansão Rede Escolar	O	100	0	0	DEAS	02-01-2009	31-12-2017	0	1.747.308,65	350.000,00	350.000,00		350.000,00	350.000,00	350.000,00		3.147.308,65
	02	02 02 20	00P02/001/5001/03	Actividades Enriquecimento Curricular	O	70	30	0	DEAS	02-01-2009	31-12-2014	0	1.728.032,70	80.000,00	80.000,00						1.808.032,70
	02	04 07 01	00P02/001/5001/04	Prog.generalização form.refeições EB	O	36	64	0	DEAS	01-01-2009	31-12-2017	0	758.400,39	220.000,00	220.000,00		220.000,00	220.000,00	220.000,00		1.638.400,39
02/001/5002	<b>ENSINO SUBSÍDIOS</b>												207.599,42	50.000,00	50.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	377.599,42
	02	04 07 01	00P02/001/5002/02	Subsídios a alunos carenciados	O	0	100	0	DEAS	01-01-2009	31-12-2017	0	84.118,66	30.000,00	30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		204.118,66
	02	04 07 01	00P02/001/5002/03	Subsídio Expediente e Limpeza p/ Escolas	O	0	100	0	DEAS	01-01-2009	31-12-2017	0	123.480,76	20.000,00	20.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		173.480,76
02/003	<b>ACÇÃO SOCIAL</b>												159.284,00	190.000,00	190.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	0,00	619.284,00
02/003/15	<b>HABITAÇÃO CONST. E RECUPERAÇÃO</b>												93.034,00	160.000,00	160.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00	433.034,00
	02	07 01 02 03	00P02/003/15/01	Proj. p/ Construção de Habitação Social	O	0	100	0	DOM	01-01-2009	31-12-2017	1	27.422,08	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		67.422,08
	02	07 01 02 03	00P02/003/15/03	Beneficiação Habitações Sociais do Município	A	0	100	0	DOM	01-01-2009	31-12-2017	0	65.611,92	150.000,00	150.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		365.611,92
02/003/5003	<b>ACÇÃO SOCIAL APOIOS DIVERSOS</b>												66.250,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	186.250,00
	02	04 08 02	00P02/003/5003/02	Bolsas de estudo - Ensino Superior	O	0	100	0	DEAS	02-01-2010	31-12-2017	0	66.250,00	30.000,00	30.000,00		30.000,00	30.000,00	30.000,00		186.250,00
02/004	<b>SERVIÇOS COLECTIVOS E HABITAÇÃO</b>												3.265.302,96	1.040.650,00	1.040.650,00	0,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	4.425.952,96
02/004/17	<b>ORD.TERRITÓRIO/PROJ.E.PLANEAMENTO</b>												1.374.901,93	431.650,00	431.650,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	1.866.551,93
	02	07 01 15	00P02/004/17/04	Revisão do Plano Director Municipal	O	0	100	0	DOGT	02-01-2004	31-12-2014	4	327.962,89	50.000,00	50.000,00						377.962,89
	02	07 01 04 01	00P02/004/17/05	Elaboração e Execução de Planos Pormenor	O	0	100	0	DOGT	02-01-2004	31-12-2014	2	160.107,44	190.000,00	190.000,00						350.107,44
	02	07 01 04 01	00P02/004/17/08	Requalificação Parque Mouchão e Várzea Pequena	E	35	10	55	DOM	02-01-2006	31-12-2014	4	279.522,57	1.650,00	1.650,00						281.172,57
	02	07 01 04 01	00P02/004/17/11	Reordenamento trânsito segurança rodoviária	E	0	100	0	DOM	02-01-2006	31-12-2017	4	607.309,03	20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		687.309,03

Objectivo	Código da classificação económica		N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto		
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros			
	02	07 01 04 13	00P02/004/17/15	Requalificação Urbana	E	0	100	0	DOM	02-01-2014	31-12-2014	0		170.000,00	170.000,00						170.000,00		
<b>02/004/20</b>	<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>													<b>292.285,43</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>362.285,43</b>
	02	07 01 06 01	00P02/004/20/01	Rep.Aquisição de Veiculos Serv.Hig.Limpeza	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2014	0	42.746,25	20.000,00	20.000,00						62.746,25		
	02	07 01 10 01	00P02/004/20/02	Rep.Aquisição de Equipamentos Serv.Hig.Limpeza	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2014	0	249.539,18	50.000,00	50.000,00						299.539,18		
<b>02/004/21</b>	<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b>													<b>10.308,04</b>	<b>105.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>175.308,04</b>	
	02	07 01 04 12	00P02/004/21/03	Construção beneficiação de cemitérios	A	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2017	0		100.000,00	100.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		160.000,00		
	02	07 01 10 02	00P02/004/21/06	Aquisição de mobiliário urbano	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2014	0	10.308,04	5.000,00	5.000,00						15.308,04		
<b>02/004/22</b>	<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE/ESP.VERDES</b>													<b>55.975,90</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.975,90</b>	
	02	07 01 10 02	00P02/004/22/01	Repar. Aquisição de Equipamento	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2014	0	13.414,03	5.000,00	5.000,00						18.414,03		
	02	07 01 10 02	00P02/004/22/02	Sistema de Rega de Aspersão	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2004	31-12-2014	0	42.561,87	20.000,00	20.000,00						62.561,87		
<b>02/004/23</b>	<b>PROTECÇÃO DO MEIO AMB/P.NATURAL</b>													<b>1.531.831,66</b>	<b>409.000,00</b>	<b>409.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.940.831,66</b>	
	02	07 01 04 05	00P02/004/23/01	Req. na Mata Nacional dos Sete Montes	E	0	30	70	DOM	02-01-2009	31-12-2014	0	633.774,92	9.000,00	9.000,00						642.774,92		
	02	07 01 04 05	00P02/004/23/02	Req Valoriz envolvente Convento de Cristo	E	0	30	70	DOM	02-01-2009	31-12-2014	0	898.056,74	400.000,00	400.000,00						1.298.056,74		
<b>02/005</b>	<b>SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS</b>													<b>3.799.909,43</b>	<b>5.728.600,00</b>	<b>5.728.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.743.509,43</b>	
<b>02/005/24</b>	<b>CULTURA/MUSEU / CINE-TEATRO</b>													<b>118.215,43</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>178.215,43</b>	
	02	07 01 10 02	00P02/005/24/01	Aquisição de Equipamento	O	0	100	0	DTCM	02-01-2010	31-12-2017	0	27.797,67	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		67.797,67		
	02	07 01 10 02	00P02/005/24/05	Equipamento p/ Museus	O	0	100	0	DTCM	02-01-2005	31-12-2015	0	90.417,76	10.000,00	10.000,00		5.000,00				105.417,76		
	02	07 01 03 07	00P02/005/24/07	Museu do Brinquedo	O	0	100	0	DOM	02-01-2013	31-12-2014	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00		
<b>02/005/25</b>	<b>CULTURA BIBLIOTECA MUNICIPAL</b>													<b>6.295,67</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.295,67</b>	
	02	07 01 10 02	00P02/005/25/03	Aquisição de equipamento	O	0	100	0	DEAS	02-01-2009	31-12-2017	0	6.295,67	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		26.295,67		
<b>02/005/26</b>	<b>DESPORTO RECREIO E LAZER</b>													<b>1.561.571,00</b>	<b>1.147.000,00</b>	<b>1.147.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.873.571,00</b>	
	02	07 01 10 02	00P02/005/26/03	Equipamento p/ instalações desportivas	O	0	100	0	DDJ	02-01-2009	31-12-2017	0	347.959,45	5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		367.959,45		
	02	07 01 03 02	00P02/005/26/04	Ampliação/Remodelação Pavilhão Municipal	E	0	10	90	DOM	14-07-2003	31-12-2014	4		912.000,00	912.000,00						912.000,00		
	02	07 01 04 06	00P02/005/26/15	Requalificação da zona do estádio e envolvente	E	0	10	90	DOM	25-06-2004	31-12-2014	4	973.061,82	180.000,00	180.000,00						1.153.061,82		
	02	07 01 04 06	00P02/005/26/21	Conservação e remodelação Instalações Desportivas	A	0	100	0	DDJ	02-01-2009	31-12-2017	0	240.549,73	50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		440.549,73		
<b>02/005/5005</b>	<b>CULTURA OUTRAS ACÇÕES</b>													<b>2.113.827,33</b>	<b>4.551.600,00</b>	<b>4.551.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.665.427,33</b>	
	02	02 02 25	00P02/005/5005/05	Edições e publicações municipais	O	0	100	0	DS	02-01-2009	31-12-2014	0	245.051,38	50.000,00	50.000,00						295.051,38		

Objectivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Ano: 2014

17-12-2013 11:01

Euro

Objectivo	Código da classificação económica		N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto				
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros					
	02	02 02 25	00P02/005/5005/07	Candidatura Festa dos Tabuleiros - Património Imat	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00				
	02	04 07 01	00P02/005/5005/08	Transferência Comissão Festa Tabuleiros	O	0	100	0	P	02-01-2007	31-12-2014	0	225.911,66	20.000,00	20.000,00						245.911,66				
	02	07 01 03 07	00P02/005/5005/10	Prog. Integr. Valoriz Urbana (Const. Museu Levada)	E	0	20	80	P	02-01-2009	31-12-2014	0	1.442.804,15	4.334.600,00	4.334.600,00						5.777.404,15				
	02	02 02 25	00P02/005/5005/13	Tomar - Cidade Templária	O	0	35	65	P	02-01-2010	31-12-2014	0	200.060,14	130.000,00	130.000,00						330.060,14				
	02	02 02 25	00P02/005/5005/17	Comemorações de Forais	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00				
	02	02 02 14	00P02/005/5005/18	Projeto Musealização	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		10.000,00	10.000,00						10.000,00				
	02	02 02 14	00P02/005/5005/19	Centro Interpretação da Festa dos Tabuleiros	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00				
<b>03</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>																								
													<b>9.011.964,96</b>	<b>7.800.650,00</b>	<b>7.800.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>985.000,00</b>	<b>985.000,00</b>	<b>985.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.767.614,96</b>				
<b>03/002</b>	<b>INDÚSTRIA E ENERGIA</b>																								
													<b>201.129,82</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>261.129,82</b>				
<b>03/002/29</b>	<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>																								
													<b>201.129,82</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>261.129,82</b>				
	02	07 01 04 10	00P03/002/29/01	Infra-estruturas p/ distribuição energia	O	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	201.129,82	15.000,00	15.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		261.129,82				
<b>03/003</b>	<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>																								
													<b>8.342.418,91</b>	<b>7.115.650,00</b>	<b>7.115.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>770.000,00</b>	<b>770.000,00</b>	<b>770.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.768.068,91</b>				
<b>03/003/31</b>	<b>TRANSP.RODOV/CONST.REDE VIÁRIA</b>																								
													<b>6.127.473,54</b>	<b>2.129.650,00</b>	<b>2.129.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>670.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.267.123,54</b>				
	02	07 01 04 08	00P03/003/31/06	E.M.531-1 Reab troço entre E.M.531-530	E	60	40	0	DOM	12-06-2003	31-12-2014	4	433.858,47	209.025,00	209.025,00						642.883,47				
	02	07 01 04 08	00P03/003/31/11	Conservação diversa da Rede Viária Municipal	O	0	100	0	DOM	20-07-2000	31-12-2017	3	3.065.555,11	1.739.000,00	1.739.000,00		500.000,00	500.000,00	500.000,00		6.304.555,11				
	02	07 01 04 08	00P03/003/31/13	Aquisição de terrenos e expropriações	O	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	483.112,66	70.000,00	70.000,00		70.000,00	70.000,00	70.000,00		763.112,66				
	02	07 01 04 01	00P03/003/31/14	Arruamentos, Passeios e out. (arranjos urbanísticos)	E	0	100	0	DOM	02-01-2004	31-12-2017	2	712.894,36	100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		1.112.894,36				
	02	07 01 04 08	00P03/003/31/18	EN 110,entre a rotunda do Bonjardim e RIT	E	0	20	80	DOM	02-01-2004	31-12-2014	4	1.432.052,94	11.625,00	11.625,00						1.443.677,94				
<b>03/003/34</b>	<b>TRANSP.ROD/CONST.PONTES E PONTÕES</b>																								
													<b>419.776,87</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>469.776,87</b>				
	02	07 01 04 01	00P03/003/34/07	Reabilitação de pontes e pontões	E	0	50	50	DOM	11-08-2003	31-12-2017	3	419.776,87	10.000,00	10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		459.776,87				
	02	07 01 04 01	00P03/003/34/08	Ponte do Prado	O	0	100	0	DOM	02-01-2014	31-12-2014	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00				
	02	07 01 04 01	00P03/003/34/09	Ponte do Carril	O	0	100	0	DOM	02-01-2014	31-12-2014	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00				
<b>03/003/35</b>	<b>TRANSP.ROD.RECONSTR.CONST.MUROS</b>																								
													<b>784.514,08</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>864.514,08</b>				
	02	07 01 04 08	00P03/003/35/01	Reconst. Const. de Muros de Suporte	E	0	100	0	DOM	11-08-2003	31-12-2017	4	784.514,08	20.000,00	20.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		864.514,08				
<b>03/003/36</b>	<b>TRANSP.ROD/CONS.PARQ.ESTACIONAMENTO</b>																								
													<b>710.622,93</b>	<b>4.826.000,00</b>	<b>4.826.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.596.622,93</b>				
	02	07 01 04 13	00P03/003/36/01	Exec.Cons.e Rep. Parques de Estacionamento	A	0	100	0	DOM	02-01-2004	31-12-2017	0	10.622,93	50.000,00	50.000,00		20.000,00	20.000,00	20.000,00		120.622,93				
	02	07 01 04 13	00P03/003/36/02	Parque de Estacionamento 1-Praça da República-Imob	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0		4.564.000,00	4.564.000,00						4.564.000,00				

Objectivo


 Ano: 2014  
 17-12-2013 11:01  
 Euro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Objectivo	Código da classificação económica		N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto							
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros								
	02	06 02 03 05	00P03/003/36/03	Parque de Estacionamento 1-Praça da República-Ind.	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0	700.000,00	212.000,00	212.000,00						912.000,00							
<b>03/003/37</b>	<b>TRANSP.ROD/SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO</b>																			<b>300.031,49</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>570.031,49</b>
	02	07 01 04 09	00P03/003/37/01	Sinalização Viária Sinalética Semaforização	E	0	100	0	DOM	30-01-2004	31-12-2017	3	300.031,49	120.000,00	120.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	570.031,49							
<b>03/004</b>	<b>COMÉRCIO E TURISMO</b>																			<b>468.416,23</b>	<b>650.000,00</b>	<b>650.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.718.416,23</b>
<b>03/004/38</b>	<b>MERCADOS E FEIRAS</b>																			<b>468.416,23</b>	<b>650.000,00</b>	<b>650.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.718.416,23</b>
	02	07 01 03 03	00P03/004/38/01	Mercado Municipal	A	0	100	0	DOM	02-01-2009	31-12-2017	0	33.557,29	250.000,00	250.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		433.557,29							
	02	02 02 25	00P03/004/38/02	Feiras e Mostras Gastronómicas	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2017	0	140.749,99	300.000,00	300.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		740.749,99							
	02	07 01 10 02	00P03/004/38/03	Equipamento p/ Mercado e Feiras	O	0	100	0	DSUEV	02-01-2009	31-12-2017	0	294.108,95	50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		494.108,95							
	02	07 01 04 01	00P03/004/38/05	Requalificação da área envolvente ao Mercado	A	0	100	0	DSUEV	02-01-2014	31-12-2014	0	50.000,00	50.000,00							50.000,00							
<b>03/005</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>																			<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
<b>03/005/01</b>	<b>OUTRAS</b>																			<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
	02	08 01 02	00P03/005/01/01	Empreendedorismo Jovem	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0	10.000,00	10.000,00							10.000,00							
	02	08 01 02	00P03/005/01/02	Apoio ao microcrédito	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0	10.000,00	10.000,00							10.000,00							
<b>04</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>																			<b>3.115.578,09</b>	<b>1.630.500,00</b>	<b>1.630.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.746.078,09</b>
<b>04/002</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES</b>																			<b>659.006,74</b>	<b>780.000,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.439.006,74</b>
<b>04/002/001</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA</b>																			<b>659.006,74</b>	<b>780.000,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.439.006,74</b>
	02	08 05 01 02	00P04/002/001/01	Transferências para Freguesias	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0	597.700,00	150.000,00	150.000,00						747.700,00							
	02	08 05 01 02	00P04/002/001/02	Comparticip parcerias Freguesias	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0		100.000,00	100.000,00						100.000,00							
	02	08 05 01 01	00P04/002/001/03	Transferências para Município F.Zêzere	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0	61.306,74	29.000,00	29.000,00						90.306,74							
	02	04 05 01 02	00P04/002/001/04	Acordos de execução com freguesias	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		500.000,00	500.000,00						500.000,00							
	02	04 05 01 03	00P04/002/001/05	Transferências para os SMAS	O	0	100	0	P	02-01-2014	31-12-2014	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00							
<b>04/003</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>																			<b>2.456.571,35</b>	<b>850.500,00</b>	<b>850.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.307.071,35</b>
<b>04/003/5006</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS</b>																			<b>2.456.571,35</b>	<b>850.500,00</b>	<b>850.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.307.071,35</b>
	02	04 07 01	00P04/003/5006/04	Subsídios e outros apoios cor. às colectividades	O	0	100	0	P	02-01-2009	31-12-2014	0	1.954.951,22	300.000,00	300.000,00						2.254.951,22							
	02	08 05 01 04	00P04/003/5006/05	Transf. projectos de âmbito Intermunicipais	O	0	100	0	P	02-01-2009	31-12-2014	0	79.296,39	85.000,00	85.000,00						164.296,39							
	02	04 05 01 04	00P04/003/5006/08	Transf. Correntes projectos de âmbito Intermunicip	O	0	100	0	P	02-01-2009	31-12-2014	0	308.145,24	300.000,00	300.000,00						608.145,24							
	02	08 07 01	00P04/003/5006/09	Subsídios e outros apoios às colectividades	O	0	100	0	p	02-01-2010	31-12-2014	0	90.178,50	100.000,00	100.000,00						190.178,50							

Objectivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Ano: 2014

17-12-2013 11:01

Euro

Objectivo	Código da classificação económica		N.º do projecto / acção	Designação do programa e projecto / acção	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros	
	02	04 07 01	00P04/003/5006/10	Transf.cor. âmbito-Cidades Mosteiros Patrim.Human.	O	0	100	0	P	02-01-2010	31-12-2014	0	24.000,00	20.500,00	20.500,00						44.500,00
	02	04 07 01	00P04/003/5006/12	ASTAQ - Liquidação	O	0	100	0	P	02-01-2013	31-12-2014	0		45.000,00	45.000,00						45.000,00
<b>Total Parcial:</b>													<b>36.563.315,54</b>	<b>21.577.400,00</b>	<b>19.840.400,00</b>	<b>1.737.000,00</b>	<b>9.398.500,00</b>	<b>3.580.100,00</b>	<b>2.255.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>73.374.315,54</b>
<b>Total :</b>													<b>36.563.315,54</b>	<b>21.577.400,00</b>	<b>19.840.400,00</b>	<b>1.737.000,00</b>	<b>9.398.500,00</b>	<b>3.580.100,00</b>	<b>2.255.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>73.374.315,54</b>

Económica	Descrição	Montante Previsto
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>5.581.638,00</b>
<b>01 02</b>	<b>OUTROS</b>	<b>5.581.638,00</b>
01 02 02	IMPOSTO MUNICIPAL S/ IMOVEIS	3.699.108,00
01 02 03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	799.957,00
01 02 04	IMPOSTO MUNICIPAL S/ TRANSMISSÕES	795.447,00
01 02 05	DERRAMA	275.685,00
<b>01 02 07</b>	<b>IMPOSTOS ABOLIDOS</b>	<b>11.441,00</b>
01 02 07 01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	1.111,00
01 02 07 02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	10.330,00
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>1.930.955,00</b>
<b>02 02 06</b>	<b>IMP. INDIRECTOS ESPECIF. AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>1.930.955,00</b>
02 02 06 01	MERCADOS E FEIRAS	39.156,00
02 02 06 02	LOTEAMENTOS E OBRAS	1.507.860,00
02 02 06 03	OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	145.358,00
02 02 06 05	PUBLICIDADE	9.201,00
<b>02 02 06 99</b>	<b>OUTROS</b>	<b>229.380,00</b>
02 02 06 99 01	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	220.000,00
02 02 06 99 02	TAXA DEPÓSITO FICHA TÉCNICA HABITAÇÃO	1.000,00
02 02 06 99 99	OUTROS	8.380,00
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>876.438,00</b>
<b>04 01</b>	<b>TAXAS</b>	<b>819.242,00</b>
<b>04 01 23</b>	<b>TAXAS ESPECIFICAS AUTARQUIAS LOCAIS</b>	<b>800.263,00</b>
04 01 23 01	MERCADOS E FEIRAS	170.445,00
04 01 23 02	LOTEAMENTOS E OBRAS	619.313,00
04 01 23 03	OCUPAÇÃO DA VIA PUBLICA	9.505,00
04 01 23 05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	1.000,00
<b>04 01 23 99</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>18.979,00</b>
04 01 23 99 01	TAXA DE DEPÓSITO FICHA TÉCNICA HABITAÇÃO	1.000,00
04 01 23 99 99	OUTRAS	17.979,00
<b>04 02</b>	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>57.196,00</b>
04 02 01	JUROS DE MORA	2.207,00
04 02 04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRAORDENAÇÕES	28.989,00
<b>04 02 99</b>	<b>MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS</b>	<b>26.000,00</b>
04 02 99 02	OUTRAS	26.000,00
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>3.676.660,00</b>
<b>05 02</b>	<b>JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>35.000,00</b>
05 02 01	BANCOS E OUT. INST. FINANCEIRAS	35.000,00
<b>05 03</b>	<b>JUROS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>4.500,00</b>
05 03 04	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	4.500,00
<b>05 10</b>	<b>RENDAS</b>	<b>3.637.160,00</b>
05 10 01	TERRENOS	1.000,00
05 10 99	OUTROS	3.636.160,00
<b>06</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>11.632.879,00</b>
<b>06 01</b>	<b>SOC. E QUASE SOCIED. NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>1.000,00</b>
06 01 02	PRIVADAS	1.000,00
<b>06 02</b>	<b>SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>2.000,00</b>
06 02 01	BANCOS E OUT. INST. FINANCEIRAS	1.000,00
06 02 02	COMP. SEGUROS E FUNDOS PENSOES	1.000,00
<b>06 03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>11.603.879,00</b>

Económica	Descrição	Montante Previsto
<b>06 03 01</b>	<b>ESTADO</b>	<b>11.408.694,00</b>
06 03 01 01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	6.301.184,00
06 03 01 02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	650.103,00
06 03 01 03	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	1.054.151,00
06 03 01 99	OUTRAS	3.403.256,00
<b>06 03 06</b>	<b>ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS</b>	<b>194.185,00</b>
06 03 06 05	MAIS CENTRO	193.185,00
06 03 06 99	OUTRAS	1.000,00
06 03 07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	1.000,00
<b>06 06</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>26.000,00</b>
06 06 01	SISTEMAS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	1.000,00
06 06 04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	25.000,00
<b>07</b>	<b>VENDAS BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>6.209.100,00</b>
<b>07 01</b>	<b>VENDA DE BENS</b>	<b>64.500,00</b>
07 01 03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	2.000,00
07 01 05	BENS INUTILIZADOS	5.000,00
07 01 10	DESPERDICIOS, RESIDUOS E REFUGOS	8.000,00
07 01 99	OUTROS	49.500,00
<b>07 02</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>5.520.600,00</b>
07 02 01	ALUGUER ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	40.000,00
07 02 03	VISTORIAS E ENSAIOS	30.000,00
<b>07 02 08</b>	<b>SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE</b>	<b>721.000,00</b>
07 02 08 01	SERVIÇOS SOCIAIS	1.000,00
07 02 08 02	SERVIÇOS RECREATIVOS	50.000,00
07 02 08 03	SERVIÇOS CULTURAIS	150.000,00
07 02 08 04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	520.000,00
<b>07 02 09</b>	<b>SERVIÇOS ESPECIF. AUTARQUIAS</b>	<b>4.729.600,00</b>
07 02 09 02	RESIDUOS SOLIDOS	2.100.000,00
07 02 09 04	TRABALHO POR CONTA DE PARTICULARES	484.000,00
07 02 09 05	CEMITERIOS	195.000,00
07 02 09 06	MERCADOS E FEIRAS	150.000,00
07 02 09 07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	600.000,00
07 02 09 08	PARQUE DE CAMPISMO	250.000,00
07 02 09 99	OUTROS	950.600,00
<b>07 03</b>	<b>RENDAS</b>	<b>624.000,00</b>
07 03 01	HABITAÇÕES	60.000,00
07 03 02	EDIFICIOS	260.000,00
07 03 99	OUTRAS	304.000,00
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>811.000,00</b>
<b>08 01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>811.000,00</b>
<b>08 01 99</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>811.000,00</b>
08 01 99 01	INDEMNIZ. POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE	1.000,00
08 01 99 02	INDEMNIZ. ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM	120.000,00
08 01 99 03	IVA REEMBOLSO	530.000,00
08 01 99 99	DIVERSAS	160.000,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.718.670,00</b>
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	
<b>09</b>	<b>VENDA BENS INVESTIMENTO</b>	<b>8.030.000,00</b>
<b>09 01</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>550.000,00</b>
09 01 01	SOCIEDADE E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	50.000,00



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Económica	Descrição	Montante Previsto
09 01 99	OUTROS	500.000,00
<b>09 02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>	<b>860.000,00</b>
09 02 01	SOCIEDADE E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	50.000,00
09 02 10	FAMILIAS	50.000,00
09 02 99	OUTROS	760.000,00
<b>09 03</b>	<b>EDIFICIOS</b>	<b>4.500.000,00</b>
09 03 99	OUTROS	4.500.000,00
<b>09 04</b>	<b>OUTROS BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>2.120.000,00</b>
<b>09 04 01</b>	<b>SOCIEDADE E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>2.120.000,00</b>
09 04 01 01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	350.000,00
09 04 01 02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	420.000,00
09 04 01 03	OUTROS	1.350.000,00
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>5.647.330,00</b>
<b>10 03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>5.647.330,00</b>
<b>10 03 01</b>	<b>ESTADO</b>	<b>700.132,00</b>
10 03 01 01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	700.132,00
<b>10 03 07</b>	<b>ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS</b>	<b>4.847.198,00</b>
10 03 07 08	MAIS CENTRO	4.457.698,00
10 03 07 09	POFC	189.500,00
10 03 07 99	OUTROS	200.000,00
10 03 08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	100.000,00
<b>11</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>72.000,00</b>
<b>11 06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>72.000,00</b>
11 06 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL	72.000,00
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>20.000,00</b>
<b>12 06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>20.000,00</b>
12 06 02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	10.000,00
12 06 03	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADM.CENTRAL-ESTADO	10.000,00
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CAPITAL</b>	<b>260.000,00</b>
<b>13 01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>260.000,00</b>
13 01 01	INDEMNIZAÇÕES	100.000,00
13 01 02	ACTIVOS INCORPÓREOS	10.000,00
13 01 99	OUTRAS	150.000,00
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES N/ ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>10.000,00</b>
<b>15 01</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>10.000,00</b>
15 01 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>14.039.330,00</b>
<b>Total</b>		<b>44.758.000,00</b>

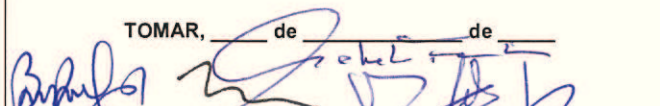
Orgão Executivo
TOMAR, ____ de ____ de ____

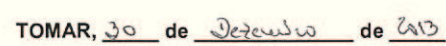
Orgão Deliberativo
TOMAR, 30 de Dezembro de 2013



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
01	DESPEAS COM O PESSOAL	29.000,00		29.000,00
01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	29.000,00		29.000,00
01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	4.000,00		4.000,00
01 02 13	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS	25.000,00		25.000,00
01 02 13 02	OUTROS	25.000,00		25.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	21.400,00		21.400,00
02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	300,00		300,00
02 01 08	MATERIAL DE ESCRITORIO	100,00		100,00
02 01 21	OUTROS BENS	200,00		200,00
02 02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	21.100,00		21.100,00
02 02 09	COMUNICACOES	800,00		800,00
02 02 11	REPRESENTACAO DOS SERVIÇOS	100,00		100,00
02 02 17	PUBLICIDADE	20.000,00		20.000,00
02 02 25	OUTROS SERVICOS	200,00		200,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>50.400,00</b>		<b>50.400,00</b>
<b>Total</b>		<b>50.400,00</b>		<b>50.400,00</b>

Orgão Executivo
TOMAR, _____ de _____ de _____ 

Orgão Deliberativo
TOMAR, 30 de Dezembro de 2013 

  
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR  

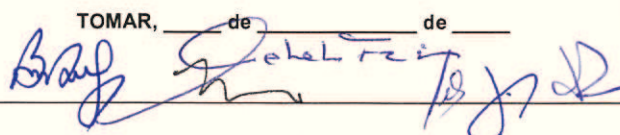


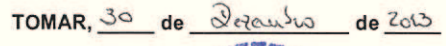


Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	<b>9.982.460,00</b>		<b>9.982.460,00</b>
<b>01 01</b>	<b>REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES</b>	<b>7.397.200,00</b>		<b>7.397.200,00</b>
01 01 01	TITULARES DE ORGAOS AUTARQUICOS	142.800,00		142.800,00
<b>01 01 04</b>	<b>PESSOAL QUADRO - REGIME CONTRATO INDIV. TRAB</b>	<b>4.833.000,00</b>		<b>4.833.000,00</b>
01 01 04 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	4.750.000,00		4.750.000,00
01 01 04 02	ALTERAÇÕES OBRIG.POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	5.000,00		5.000,00
01 01 04 04	RECRUTAMENTO PESSOAL P/ NOVOS POSTOS TRABALHO	78.000,00		78.000,00
<b>01 01 06</b>	<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO</b>	<b>46.800,00</b>		<b>46.800,00</b>
01 01 06 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	46.800,00		46.800,00
01 01 07	PESSOAL REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	50.000,00		50.000,00
01 01 08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	20.000,00		20.000,00
01 01 09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	550.000,00		550.000,00
01 01 11	REPRESENTAÇÃO	56.900,00		56.900,00
<b>01 01 13</b>	<b>SUBSÍDIO REFEICAO</b>	<b>675.500,00</b>		<b>675.500,00</b>
01 01 13 01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTRATO INDIV.TRAB	550.000,00		550.000,00
01 01 13 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	112.800,00		112.800,00
01 01 13 03	TITULARES DE ORGAOS AUTARQUICOS	4.200,00		4.200,00
01 01 13 05	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	8.500,00		8.500,00
<b>01 01 14</b>	<b>SUBSÍDIO FERIAS E NATAL</b>	<b>872.200,00</b>		<b>872.200,00</b>
01 01 14 01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTRATO INDIV.TRAB	792.000,00		792.000,00
01 01 14 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	71.200,00		71.200,00
01 01 14 04	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	9.000,00		9.000,00
01 01 15	REMUNERACOES DOENÇA, MATERNIDADE/PATERNI	150.000,00		150.000,00
<b>01 02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	<b>391.500,00</b>		<b>391.500,00</b>
01 02 02	HORAS EXTRAORDINARIAS	40.000,00		40.000,00
01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	18.000,00		18.000,00
01 02 05	ABONO PARA FALHAS	16.500,00		16.500,00
01 02 10	SUBSIDIO TRABALHO NOTURNO	12.000,00		12.000,00
01 02 11	SUBSIDIO DE TURNO	80.000,00		80.000,00
01 02 12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	30.000,00		30.000,00
<b>01 02 13</b>	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOIS</b>	<b>45.000,00</b>		<b>45.000,00</b>
01 02 13 02	OUTROS	45.000,00		45.000,00
01 02 14	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	150.000,00		150.000,00
<b>01 03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>2.193.760,00</b>		<b>2.193.760,00</b>
01 03 01	ENCARGOS COM SAUDE	150.760,00		150.760,00
01 03 02	OUTROS ENCARGOS COM SAUDE	60.000,00		60.000,00
01 03 03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS JOVENS	80.000,00		80.000,00
01 03 04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	10.000,00		10.000,00
<b>01 03 05</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>1.592.000,00</b>		<b>1.592.000,00</b>
01 03 05 01	ADSE	250.000,00		250.000,00
<b>01 03 05 02</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL - REGIME FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS</b>	<b>1.342.000,00</b>		<b>1.342.000,00</b>
01 03 05 02 01	SEG. SOCIAL REG FUNÇÃO PUBL. - CGA	982.000,00		982.000,00
01 03 05 02 02	SEG. SOCIAL REG FUNÇÃO PUBL. - SEG. SOCIAL	360.000,00		360.000,00
01 03 06	ACID. EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	50.000,00		50.000,00
01 03 09	SEGUROS	250.000,00		250.000,00
<b>01 03 10</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE SEG. SOCIAL</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
01 03 10 01	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	1.000,00		1.000,00
<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>9.749.100,00</b>	<b>624.500,00</b>	<b>10.373.600,00</b>
<b>02 01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	<b>2.637.000,00</b>		<b>2.637.000,00</b>
<b>02 01 02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>1.824.000,00</b>		<b>1.824.000,00</b>

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
02 01 02 01	GASOLINA	144.000,00		144.000,00
02 01 02 02	GASÓLEO	1.390.000,00		1.390.000,00
02 01 02 99	OUTROS	290.000,00		290.000,00
02 01 04	LIMPEZA E HIGIENE	100.000,00		100.000,00
02 01 07	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS	50.000,00		50.000,00
02 01 08	MATERIAL DE ESCRITORIO	80.000,00		80.000,00
02 01 09	PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS	70.000,00		70.000,00
02 01 11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO	100.000,00		100.000,00
02 01 12	MATERIAL TRANSPORTE - PEÇAS	60.000,00		60.000,00
02 01 14	OUTRO MATERIAL - PECAS	60.000,00		60.000,00
02 01 15	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	10.000,00		10.000,00
02 01 17	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	12.000,00		12.000,00
02 01 18	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	1.000,00		1.000,00
02 01 19	ARTIGOS HONORIFICOS E DECORACAO	5.000,00		5.000,00
02 01 20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	40.000,00		40.000,00
02 01 21	OUTROS BENS	225.000,00		225.000,00
<b>02 02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>7.112.100,00</b>	<b>624.500,00</b>	<b>7.736.600,00</b>
02 02 01	ENCARGO DAS INSTALAÇÕES	1.200.000,00		1.200.000,00
02 02 02	LIMPEZA E HIGIENE	560.000,00		560.000,00
02 02 03	CONSERVAÇÃO DE BENS	250.000,00		250.000,00
02 02 04	LOCACAO DE EDIFÍCIOS	101.500,00		101.500,00
02 02 09	COMUNICACOES	180.000,00		180.000,00
02 02 10	TRANSPORTES	1.500.000,00		1.500.000,00
02 02 11	REPRESENTACAO DOS SERVIÇOS	100,00		100,00
02 02 12	SEGUROS	150.000,00		150.000,00
02 02 13	DESLOCACAO E ESTADAS	2.500,00		2.500,00
02 02 14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS CONSULTAD.	350.000,00	48.500,00	398.500,00
02 02 15	FORMACAO	20.000,00		20.000,00
02 02 16	SEMINARIOS, EXPOSICOES E SIMILARES	8.000,00		8.000,00
02 02 17	PUBLICIDADE	100.000,00		100.000,00
02 02 18	VIGILANCIA E SEGURANCA	300.000,00		300.000,00
02 02 19	ASSISTENCIA TECNICA	70.000,00		70.000,00
02 02 20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	650.000,00	80.000,00	730.000,00
02 02 22	SERVIÇOS DE SAÚDE	50.000,00		50.000,00
02 02 24	ENCARGOS DE COBRANCA DE RECEITAS	170.000,00		170.000,00
02 02 25	OUTROS SERVICOS	1.450.000,00	496.000,00	1.946.000,00
<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>	<b>1.885.445,00</b>		<b>1.885.445,00</b>
<b>03 01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>368.345,00</b>		<b>368.345,00</b>
<b>03 01 03</b>	<b>SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTI</b>	<b>368.345,00</b>		<b>368.345,00</b>
03 01 03 02	EMPRESTIMOS M/L PRAZO	368.345,00		368.345,00
<b>03 03</b>	<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.100,00</b>		<b>15.100,00</b>
03 03 05	MATERIAL DE TRANSPORTE	3.000,00		3.000,00
03 03 06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	100,00		100,00
03 03 07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	4.000,00		4.000,00
03 03 08	OUTROS INVESTIMENTOS	8.000,00		8.000,00
<b>03 05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>	<b>1.500.000,00</b>		<b>1.500.000,00</b>
03 05 02	OUTROS	1.500.000,00		1.500.000,00
<b>03 06</b>	<b>OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>2.000,00</b>		<b>2.000,00</b>
03 06 01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2.000,00		2.000,00
<b>04</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>131.000,00</b>	<b>1.836.500,00</b>	<b>1.967.500,00</b>

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
<b>04 05</b>	<b>ADMINISTRACAO LOCAL</b>	<b>1.000,00</b>	<b>801.000,00</b>	<b>802.000,00</b>
<b>04 05 01</b>	<b>CONTINENTE</b>	<b>1.000,00</b>	<b>801.000,00</b>	<b>802.000,00</b>
04 05 01 02	JUNTAS DE FREGUESIA	1.000,00	500.000,00	501.000,00
04 05 01 03	SERVIÇOS AUTONOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.000,00	1.000,00
04 05 01 04	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO		300.000,00	300.000,00
<b>04 07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>130.000,00</b>	<b>1.005.500,00</b>	<b>1.135.500,00</b>
04 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	130.000,00	1.005.500,00	1.135.500,00
<b>04 08</b>	<b>FAMILIAS</b>		<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
04 08 02	OUTRAS		30.000,00	30.000,00
<b>05</b>	<b>SUBSIDIOS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
<b>05 01</b>	<b>SOCIEDADE QUASE SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
<b>05 01 01</b>	<b>PÚBLICAS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
05 01 01 01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNI	100,00		100,00
05 01 01 02	OUTRAS	100,00		100,00
<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>265.300,00</b>	<b>212.000,00</b>	<b>477.300,00</b>
<b>06 02</b>	<b>DIVERSAS</b>	<b>265.300,00</b>	<b>212.000,00</b>	<b>477.300,00</b>
06 02 02	ACTIVOS INCORPOREOS	10.000,00		10.000,00
<b>06 02 03</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>255.300,00</b>	<b>212.000,00</b>	<b>467.300,00</b>
06 02 03 01	OUTRAS RESTITUIÇÕES	200.000,00		200.000,00
06 02 03 02	IVA PAGO	100,00		100,00
06 02 03 04	SERVIÇOS BANCARIOS	5.200,00		5.200,00
06 02 03 05	OUTRAS	50.000,00	212.000,00	262.000,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.013.505,00</b>	<b>2.673.000,00</b>	<b>24.686.505,00</b>
<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>	<b>106.250,00</b>	<b>16.683.400,00</b>	<b>16.789.650,00</b>
<b>07 01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>13.250,00</b>	<b>16.683.400,00</b>	<b>16.696.650,00</b>
<b>07 01 02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>		<b>160.000,00</b>	<b>160.000,00</b>
07 01 02 03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		160.000,00	160.000,00
<b>07 01 03</b>	<b>EDIFICIOS</b>		<b>7.124.600,00</b>	<b>7.124.600,00</b>
07 01 03 01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		381.000,00	381.000,00
07 01 03 02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		912.000,00	912.000,00
07 01 03 03	MERCADOS E INST. FISCALIZ. SANITÁRIA		250.000,00	250.000,00
07 01 03 05	ESCOLAS		362.000,00	362.000,00
07 01 03 07	OUTROS		5.219.600,00	5.219.600,00
<b>07 01 04</b>	<b>CONSTRUÇÕES DIVERSAS</b>		<b>8.089.300,00</b>	<b>8.089.300,00</b>
07 01 04 01	VIADUTOS, ARRUAM. OBRAS COMPLEMENTARES		381.650,00	381.650,00
07 01 04 05	PARQUES E JARDINS		409.000,00	409.000,00
07 01 04 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		230.000,00	230.000,00
07 01 04 08	VIAÇÃO RURAL		2.049.650,00	2.049.650,00
07 01 04 09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		120.000,00	120.000,00
07 01 04 10	INFRAEST. P/ DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉCTR		15.000,00	15.000,00
07 01 04 12	CEMITÉRIOS		100.000,00	100.000,00
07 01 04 13	OUTRAS		4.784.000,00	4.784.000,00
<b>07 01 06</b>	<b>MATERIAL DE TRANSPORTE</b>		<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>
07 01 06 01	RECOLHA DE RESIDUOS		20.000,00	20.000,00
07 01 06 02	OUTROS		40.000,00	40.000,00
07 01 07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		97.500,00	97.500,00
07 01 08	SOFTWARE INFORMÁTICO		387.000,00	387.000,00
07 01 09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		30.000,00	30.000,00
<b>07 01 10</b>	<b>EQUIPAMENTO BASICO</b>		<b>680.000,00</b>	<b>680.000,00</b>
07 01 10 01	EQ.REC.RES.SÓLIDOS		50.000,00	50.000,00

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
07 01 10 02	OUTRO		630.000,00	630.000,00
07 01 15	OUTROS INVESTIMENTOS	13.250,00	55.000,00	68.250,00
<b>07 02</b>	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>93.000,00</b>		<b>93.000,00</b>
07 02 05	MATERIAL DE TRANSPORTE	15.000,00		15.000,00
07 02 06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	1.000,00		1.000,00
07 02 07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	32.000,00		32.000,00
07 02 09	OUTROS INVESTIMENTOS	45.000,00		45.000,00
<b>08</b>	<b>TRANSFERENCIAS DE CAPITAL</b>	<b>5.500,00</b>	<b>484.000,00</b>	<b>489.500,00</b>
<b>08 01</b>	<b>SOCIEDADE E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>300,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.300,00</b>
<b>08 01 01</b>	<b>PUBLICAS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
08 01 01 01	EMPRESAS PUBLICAS MUNIC. E INTERMUNIC.	100,00		100,00
08 01 01 02	OUTRAS	100,00		100,00
08 01 02	PRIVADAS	100,00	20.000,00	20.100,00
<b>08 05</b>	<b>ADMINISTRACAO LOCAL</b>		<b>364.000,00</b>	<b>364.000,00</b>
<b>08 05 01</b>	<b>CONTINENTE</b>		<b>364.000,00</b>	<b>364.000,00</b>
08 05 01 01	MUNICÍPIOS		29.000,00	29.000,00
08 05 01 02	JUNTAS DE FREGUESIA		250.000,00	250.000,00
08 05 01 04	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO		85.000,00	85.000,00
<b>08 07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>5.100,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>105.100,00</b>
08 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5.100,00	100.000,00	105.100,00
<b>08 08</b>	<b>FAMILIAS</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>
08 08 02	OUTRAS	100,00		100,00
<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>500,00</b>		<b>500,00</b>
<b>09 06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>
09 06 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	100,00		100,00
<b>09 07</b>	<b>ACCÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
09 07 01	SOC. Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PRIVADA	100,00		100,00
09 07 02	SOC. Q/ SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚB	100,00		100,00
<b>09 09</b>	<b>OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
09 09 01	SOC.Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PRIVADAS	100,00		100,00
09 09 02	SOC.Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PÚBLICAS	100,00		100,00
<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2.741.145,00</b>		<b>2.741.145,00</b>
<b>10 06</b>	<b>EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>2.741.145,00</b>		<b>2.741.145,00</b>
10 06 03	SOC.FINANC.-BANCOS E OUT.INST.FINANC.	2.146.823,00		2.146.823,00
10 06 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL -ESTADO	594.322,00		594.322,00
<b>11</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>300,00</b>		<b>300,00</b>
<b>11 02</b>	<b>DIVERSAS</b>	<b>300,00</b>		<b>300,00</b>
11 02 01	ACTIVOS INCORPÓREOS	100,00		100,00
11 02 02	RESTITUIÇÕES	100,00		100,00
11 02 99	OUTRAS	100,00		100,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.853.695,00</b>	<b>17.167.400,00</b>	<b>20.021.095,00</b>
<b>Total</b>		<b>24.867.200,00</b>	<b>19.840.400,00</b>	<b>44.707.600,00</b>

Orgão Executivo
TOMAR, _____ de _____ de _____ 

Orgão Deliberativo
TOMAR, 30 de Dezembro de 2013  

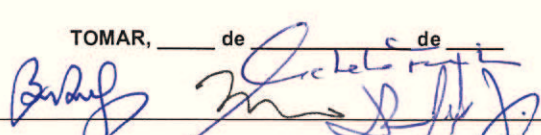
Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	<b>10.011.460,00</b>		<b>10.011.460,00</b>
<b>01 01</b>	<b>REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES</b>	<b>7.397.200,00</b>		<b>7.397.200,00</b>
01 01 01	TITULARES DE ORGAOS AUTARQUICOS	142.800,00		142.800,00
<b>01 01 04</b>	<b>PESSOAL QUADRO - REGIME CONTRATO INDIV. TRAB</b>	<b>4.833.000,00</b>		<b>4.833.000,00</b>
01 01 04 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	4.750.000,00		4.750.000,00
01 01 04 02	ALTERAÇÕES OBRIG.POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	5.000,00		5.000,00
01 01 04 04	RECRUTAMENTO PESSOAL P/ NOVOS POSTOS TRABALHO	78.000,00		78.000,00
<b>01 01 06</b>	<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO</b>	<b>46.800,00</b>		<b>46.800,00</b>
01 01 06 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	46.800,00		46.800,00
01 01 07	PESSOAL REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	50.000,00		50.000,00
01 01 08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	20.000,00		20.000,00
01 01 09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	550.000,00		550.000,00
01 01 11	REPRESENTAÇÃO	56.900,00		56.900,00
<b>01 01 13</b>	<b>SUBSÍDIO REFEICAO</b>	<b>675.500,00</b>		<b>675.500,00</b>
01 01 13 01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTRATO INDIV.TRAB	550.000,00		550.000,00
01 01 13 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	112.800,00		112.800,00
01 01 13 03	TITULARES DE ORGAOS AUTARQUICOS	4.200,00		4.200,00
01 01 13 05	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	8.500,00		8.500,00
<b>01 01 14</b>	<b>SUBSÍDIO FERIAS E NATAL</b>	<b>872.200,00</b>		<b>872.200,00</b>
01 01 14 01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME CONTRATO INDIV.TRAB	792.000,00		792.000,00
01 01 14 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	71.200,00		71.200,00
01 01 14 04	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	9.000,00		9.000,00
01 01 15	REMUNERACOES DOENÇA, MATERNIDADE/PATERNI	150.000,00		150.000,00
<b>01 02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	<b>420.500,00</b>		<b>420.500,00</b>
01 02 02	HORAS EXTRAORDINARIAS	40.000,00		40.000,00
01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	22.000,00		22.000,00
01 02 05	ABONO PARA FALHAS	16.500,00		16.500,00
01 02 10	SUBSIDIO TRABALHO NOTURNO	12.000,00		12.000,00
01 02 11	SUBSIDIO DE TURNO	80.000,00		80.000,00
01 02 12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	30.000,00		30.000,00
<b>01 02 13</b>	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS</b>	<b>70.000,00</b>		<b>70.000,00</b>
01 02 13 02	OUTROS	70.000,00		70.000,00
01 02 14	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	150.000,00		150.000,00
<b>01 03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>2.193.760,00</b>		<b>2.193.760,00</b>
01 03 01	ENCARGOS COM SAUDE	150.760,00		150.760,00
01 03 02	OUTROS ENCARGOS COM SAUDE	60.000,00		60.000,00
01 03 03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS JOVENS	80.000,00		80.000,00
01 03 04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	10.000,00		10.000,00
<b>01 03 05</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>1.592.000,00</b>		<b>1.592.000,00</b>
01 03 05 01	ADSE	250.000,00		250.000,00
<b>01 03 05 02</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL - REGIME FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS</b>	<b>1.342.000,00</b>		<b>1.342.000,00</b>
01 03 05 02 01	SEG. SOCIAL REG FUNÇÃO PUBL. - CGA	982.000,00		982.000,00
01 03 05 02 02	SEG. SOCIAL REG FUNÇÃO PUBL. - SEG. SOCIAL	360.000,00		360.000,00
01 03 06	ACID. EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	50.000,00		50.000,00
01 03 09	SEGUROS	250.000,00		250.000,00
<b>01 03 10</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE SEG. SOCIAL</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
01 03 10 01	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOPÇÃO	1.000,00		1.000,00
<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>9.770.500,00</b>	<b>624.500,00</b>	<b>10.395.000,00</b>
<b>02 01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	<b>2.637.300,00</b>		<b>2.637.300,00</b>
<b>02 01 02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>1.824.000,00</b>		<b>1.824.000,00</b>


Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
02 01 02 01	GASOLINA	144.000,00		144.000,00
02 01 02 02	GASÓLEO	1.390.000,00		1.390.000,00
02 01 02 99	OUTROS	290.000,00		290.000,00
02 01 04	LIMPEZA E HIGIENE	100.000,00		100.000,00
02 01 07	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS	50.000,00		50.000,00
02 01 08	MATERIAL DE ESCRITORIO	80.100,00		80.100,00
02 01 09	PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS	70.000,00		70.000,00
02 01 11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO	100.000,00		100.000,00
02 01 12	MATERIAL TRANSPORTE - PEÇAS	60.000,00		60.000,00
02 01 14	OUTRO MATERIAL - PECAS	60.000,00		60.000,00
02 01 15	PREMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	10.000,00		10.000,00
02 01 17	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	12.000,00		12.000,00
02 01 18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	1.000,00		1.000,00
02 01 19	ARTIGOS HONORIFICOS E DECORACAO	5.000,00		5.000,00
02 01 20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	40.000,00		40.000,00
02 01 21	OUTROS BENS	225.200,00		225.200,00
<b>02 02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>7.133.200,00</b>	<b>624.500,00</b>	<b>7.757.700,00</b>
02 02 01	ENCARGO DAS INSTALAÇÕES	1.200.000,00		1.200.000,00
02 02 02	LIMPEZA E HIGIENE	560.000,00		560.000,00
02 02 03	CONSERVAÇÃO DE BENS	250.000,00		250.000,00
02 02 04	LOCACAO DE EDIFÍCIOS	101.500,00		101.500,00
02 02 09	COMUNICACOES	180.800,00		180.800,00
02 02 10	TRANSPORTES	1.500.000,00		1.500.000,00
02 02 11	REPRESENTACAO DOS SERVIÇOS	200,00		200,00
02 02 12	SEGUROS	150.000,00		150.000,00
02 02 13	DESLOCACAO E ESTADAS	2.500,00		2.500,00
02 02 14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS CONSULTAD.	350.000,00	48.500,00	398.500,00
02 02 15	FORMACAO	20.000,00		20.000,00
02 02 16	SEMINARIOS, EXPOSICOES E SIMILARES	8.000,00		8.000,00
02 02 17	PUBLICIDADE	120.000,00		120.000,00
02 02 18	VIGILANCIA E SEGURANCA	300.000,00		300.000,00
02 02 19	ASSISTENCIA TECNICA	70.000,00		70.000,00
02 02 20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	650.000,00	80.000,00	730.000,00
02 02 22	SERVIÇOS DE SAÚDE	50.000,00		50.000,00
02 02 24	ENCARGOS DE COBRANCA DE RECEITAS	170.000,00		170.000,00
02 02 25	OUTROS SERVICOS	1.450.200,00	496.000,00	1.946.200,00
<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>	<b>1.885.445,00</b>		<b>1.885.445,00</b>
<b>03 01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>368.345,00</b>		<b>368.345,00</b>
<b>03 01 03</b>	<b>SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTI</b>	<b>368.345,00</b>		<b>368.345,00</b>
03 01 03 02	EMPRESTIMOS M/L PRAZO	368.345,00		368.345,00
<b>03 03</b>	<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.100,00</b>		<b>15.100,00</b>
03 03 05	MATERIAL DE TRANSPORTE	3.000,00		3.000,00
03 03 06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	100,00		100,00
03 03 07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	4.000,00		4.000,00
03 03 08	OUTROS INVESTIMENTOS	8.000,00		8.000,00
<b>03 05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>	<b>1.500.000,00</b>		<b>1.500.000,00</b>
03 05 02	OUTROS	1.500.000,00		1.500.000,00
<b>03 06</b>	<b>OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>2.000,00</b>		<b>2.000,00</b>
03 06 01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2.000,00		2.000,00
<b>04</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>131.000,00</b>	<b>1.836.500,00</b>	<b>1.967.500,00</b>

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
04 05	ADMINISTRACAO LOCAL	1.000,00	801.000,00	802.000,00
04 05 01	CONTINENTE	1.000,00	801.000,00	802.000,00
04 05 01 02	JUNTAS DE FREGUESIA	1.000,00	500.000,00	501.000,00
04 05 01 03	SERVIÇOS AUTONOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.000,00	1.000,00
04 05 01 04	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO		300.000,00	300.000,00
04 07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	130.000,00	1.005.500,00	1.135.500,00
04 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	130.000,00	1.005.500,00	1.135.500,00
04 08	FAMILIAS		30.000,00	30.000,00
04 08 02	OUTRAS		30.000,00	30.000,00
05	SUBSIDIOS	200,00		200,00
05 01	SOCIEDADE QUASE SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA	200,00		200,00
05 01 01	PÚBLICAS	200,00		200,00
05 01 01 01	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNI	100,00		100,00
05 01 01 02	OUTRAS	100,00		100,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.300,00	212.000,00	477.300,00
06 02	DIVERSAS	265.300,00	212.000,00	477.300,00
06 02 02	ACTIVOS INCORPÓREOS	10.000,00		10.000,00
06 02 03	OUTRAS	255.300,00	212.000,00	467.300,00
06 02 03 01	OUTRAS RESTITUIÇÕES	200.000,00		200.000,00
06 02 03 02	IVA PAGO	100,00		100,00
06 02 03 04	SERVIÇOS BANCARIOS	5.200,00		5.200,00
06 02 03 05	OUTRAS	50.000,00	212.000,00	262.000,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.063.905,00</b>	<b>2.673.000,00</b>	<b>24.736.905,00</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	106.250,00	16.683.400,00	16.789.650,00
07 01	INVESTIMENTOS	13.250,00	16.683.400,00	16.696.650,00
07 01 02	HABITAÇÕES		160.000,00	160.000,00
07 01 02 03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		160.000,00	160.000,00
07 01 03	EDIFÍCIOS		7.124.600,00	7.124.600,00
07 01 03 01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		381.000,00	381.000,00
07 01 03 02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		912.000,00	912.000,00
07 01 03 03	MERCADOS E INST. FISCALIZ. SANITÁRIA		250.000,00	250.000,00
07 01 03 05	ESCOLAS		362.000,00	362.000,00
07 01 03 07	OUTROS		5.219.600,00	5.219.600,00
07 01 04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		8.089.300,00	8.089.300,00
07 01 04 01	VIADUTOS, ARRUAÇÃO, OBRAS COMPLEMENTARES		381.650,00	381.650,00
07 01 04 05	PARQUES E JARDINS		409.000,00	409.000,00
07 01 04 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		230.000,00	230.000,00
07 01 04 08	VIAÇÃO RURAL		2.049.650,00	2.049.650,00
07 01 04 09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		120.000,00	120.000,00
07 01 04 10	INFRAEST. P/ DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉCTR		15.000,00	15.000,00
07 01 04 12	CEMITÉRIOS		100.000,00	100.000,00
07 01 04 13	OUTRAS		4.784.000,00	4.784.000,00
07 01 06	MATERIAL DE TRANSPORTE		60.000,00	60.000,00
07 01 06 01	RECOLHA DE RESÍDUOS		20.000,00	20.000,00
07 01 06 02	OUTROS		40.000,00	40.000,00
07 01 07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		97.500,00	97.500,00
07 01 08	SOFTWARE INFORMÁTICO		387.000,00	387.000,00
07 01 09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		30.000,00	30.000,00
07 01 10	EQUIPAMENTO BÁSICO		680.000,00	680.000,00
07 01 10 01	EQ.REC.RES.SÓLIDOS		50.000,00	50.000,00



Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
07 01 10 02	OUTRO		630.000,00	630.000,00
07 01 15	OUTROS INVESTIMENTOS	13.250,00	55.000,00	68.250,00
<b>07 02</b>	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>93.000,00</b>		<b>93.000,00</b>
07 02 05	MATERIAL DE TRANSPORTE	15.000,00		15.000,00
07 02 06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	1.000,00		1.000,00
07 02 07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	32.000,00		32.000,00
07 02 09	OUTROS INVESTIMENTOS	45.000,00		45.000,00
<b>08</b>	<b>TRANSFERENCIAS DE CAPITAL</b>	<b>5.500,00</b>	<b>484.000,00</b>	<b>489.500,00</b>
<b>08 01</b>	<b>SOCIEDADE E QUASE-SOC. NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>300,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.300,00</b>
<b>08 01 01</b>	<b>PUBLICAS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
08 01 01 01	EMPRESAS PUBLICAS MUNIC. E INTERMUNIC.	100,00		100,00
08 01 01 02	OUTRAS	100,00		100,00
08 01 02	PRIVADAS	100,00	20.000,00	20.100,00
<b>08 05</b>	<b>ADMINISTRACAO LOCAL</b>		<b>364.000,00</b>	<b>364.000,00</b>
<b>08 05 01</b>	<b>CONTINENTE</b>		<b>364.000,00</b>	<b>364.000,00</b>
08 05 01 01	MUNICÍPIOS		29.000,00	29.000,00
08 05 01 02	JUNTAS DE FREGUESIA		250.000,00	250.000,00
08 05 01 04	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO		85.000,00	85.000,00
<b>08 07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>	<b>5.100,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>105.100,00</b>
08 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5.100,00	100.000,00	105.100,00
<b>08 08</b>	<b>FAMILIAS</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>
08 08 02	OUTRAS	100,00		100,00
<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>500,00</b>		<b>500,00</b>
<b>09 06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>
09 06 08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL - CONTINENTE	100,00		100,00
<b>09 07</b>	<b>ACCÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
09 07 01	SOC. Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PRIVADA	100,00		100,00
09 07 02	SOC. Q/ SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚB	100,00		100,00
<b>09 09</b>	<b>OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>200,00</b>		<b>200,00</b>
09 09 01	SOC.Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PRIVADAS	100,00		100,00
09 09 02	SOC.Q/ SOCIEDADE NÃO FINANCEIRA-PÚBLICAS	100,00		100,00
<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2.741.145,00</b>		<b>2.741.145,00</b>
<b>10 06</b>	<b>EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>2.741.145,00</b>		<b>2.741.145,00</b>
10 06 03	SOC.FINANC.-BANCOS E OUT.INST.FINANC.	2.146.823,00		2.146.823,00
10 06 05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL -ESTADO	594.322,00		594.322,00
<b>11</b>	<b>OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>300,00</b>		<b>300,00</b>
<b>11 02</b>	<b>DIVERSAS</b>	<b>300,00</b>		<b>300,00</b>
11 02 01	ACTIVOS INCORPÓREOS	100,00		100,00
11 02 02	RESTITUIÇÕES	100,00		100,00
11 02 99	OUTRAS	100,00		100,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.853.695,00</b>	<b>17.167.400,00</b>	<b>20.021.095,00</b>
<b>Total</b>		<b>24.917.600,00</b>	<b>19.840.400,00</b>	<b>44.758.000,00</b>

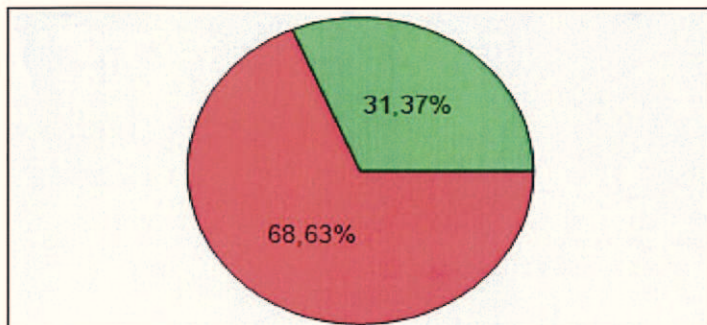
Orgão Executivo
TOMAR, ____ de _____ de _____ 

Orgão Deliberativo
TOMAR, <u>30</u> de <u>Dezembro</u> de <u>2013</u> 



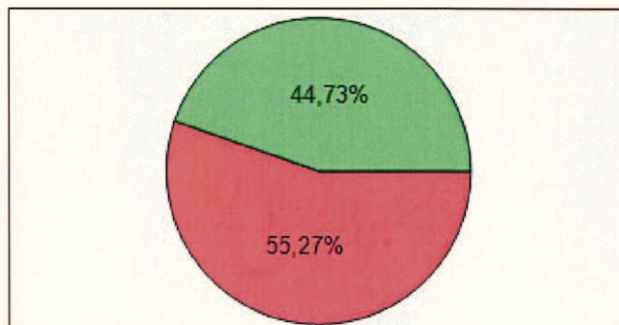
RECEITAS	Valor	% Parcelar	% Total	DESPESAS	Valor	% Parcelar	% Total
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
01 IMPOSTOS DIRECTOS	5.581.638,00	18,17	12,47	01 DESPESAS COM O PESSOAL	10.011.460,00	40,47	22,37
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	1.930.955,00	6,29	4,31	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10.395.000,00	42,02	23,22
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	876.438,00	2,85	1,96	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.885.445,00	7,62	4,21
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.676.660,00	11,97	8,21	04 TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.967.500,00	7,95	4,40
06 TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.632.879,00	37,87	25,99	05 SUBSIDIOS	200,00	0,00	0,00
07 VENDAS BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.209.100,00	20,21	13,87	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	477.300,00	1,93	1,07
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	811.000,00	2,64	1,81				
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>30.718.670,00</b>	<b>100,00</b>	<b>68,63</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>24.736.905,00</b>	<b>100,00</b>	<b>55,27</b>
RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL			
09 VENDA BENS INVESTIMENTO	8.030.000,00	57,24	17,94	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	16.789.650,00	83,86	37,51
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.647.330,00	40,25	12,62	08 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	489.500,00	2,44	1,09
11 ACTIVOS FINANCEIROS	72.000,00	0,51	0,16	09 ACTIVOS FINANCEIROS	500,00	0,00	0,00
12 PASSIVOS FINANCEIROS	20.000,00	0,14	0,04	10 PASSIVOS FINANCEIROS	2.741.145,00	13,69	6,12
13 OUTRAS RECEITAS CAPITAL	260.000,00	1,85	0,58	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	300,00	0,00	0,00
15 REPOSIÇÕES N/ ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00	0,07	0,02				
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>14.039.330,00</b>	<b>100,07</b>	<b>31,37</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>20.021.095,00</b>	<b>100,00</b>	<b>44,73</b>
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>44.758.000,00</b>		<b>100,00</b>	<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>44.758.000,00</b>		<b>100,00</b>

Total Receitas



■ Total das Receitas Correntes  
■ Total das Receitas de Capital

Total Despesas



■ Total das Despesas Correntes  
■ Total das Despesas de Capital

**Orgão Executivo**

TOMAR \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_

*Gelebe Faria*

*Burley* *...* *...*

**Orgão Deliberativo**

TOMAR 30 de Dezembro de 2013

*Maurício*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR









*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

CARRERA	CATEGORIA/CARGO	ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS/ATIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA OU PROFISIONAL	Relação Jurídica do Emprego Público												Outras Situações	Observações		
				Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas						a Termo Resolutivo Certo									
				por Tempo Indeterminado			por Tempo Determinado			por Tempo Indeterminado			por Tempo Determinado						
Provedos	A Prover	Total pontos trabalho provedos	Provedos	A Prover	Total pontos trabalho provedos	Provedos	A Prover	Total pontos trabalho provedos	Provedos	A Prover	Total pontos trabalho provedos	Provedos	A Prover	Total pontos trabalho provedos					
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Fotografia</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Fotografia		1	1									0	1	1		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Gestão de Recursos Humanos</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente, promover as ações respeitantes à movimentação e gestão de pessoal, tendo em conta as necessidades de cada serviço; aferir a necessidade de formação profissional, promovendo as necessárias ações de formação; definir perfis, métodos e critérios de seleção no âmbito de processos de recrutamento de pessoal; assegurar o normal decurso do procedimento necessário à avaliação de desempenho; assegurar a adequação com as normas legais vigentes, dos processos de contratação e recrutamento de pessoal; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Gestão de Recursos Humanos		2	2									2	0	2		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>História</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	História		1	1									0	1	1		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Jurista</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente, representar e defender o município em todos os pleitos judiciais em que seja parte ou interessado; emitir pareceres sobre assuntos de interesse para o município ou sobre documentos a este dirigidos; colaborar na codificação dos regulamentos e posturas municipais e na elaboração de petições dirigidas pelo município aos poderes públicos; proceder ao estudo de diplomas legais e sua repercussão na vida do município; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Direito		5	5									5	0	5		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Línguas e Literaturas</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade; executa outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Línguas e Literaturas Modernas		1	1									1	0	1		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Medicina Veterinária</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, incumbindo, genericamente, colaborar na execução das tarefas de inspeção higiéno-sanitária e controlo higiéno-sanitário das instalações para alojamento de animais dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatem, preparam, produzem, transformam, fabricam, conservam, armazenam ou comercializam animais ou produtos de origem animal e seus derivados; emitir parecer nos termos da legislação vigente sobre as instalações e estabelecimentos referidos; notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de caráter epizootico.	Medicina Veterinária		1	1									1	0	1		
Técnico Superior	Técnico Superior	<b>Psicologia</b> - Exerce, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respectiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo, genericamente: efetuar estudos e desenvolver projetos em áreas como recursos humanos, apoio social, educativo e cultural; promover a resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades; detetar as necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas adequadas, designadamente, em casos de insucesso escolar; identificar as necessidades de ocupação de tempos livres promovendo e apoiando atividades de índole cultural, educativa e recreativa; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas do material, e respon	Psicologia		1	1									1	0	1		

Candidatos Escrivão







*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

CARRERA	CATEGORIA/CARGO	ATRIBUIÇÕES, /COMPETÊNCIAS/ACTIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA OU PROFISIONAL	Relação Jurídica de Emprego Público													Outras Situações	Observações					
				Regime de Contratação em Funções Públicas										a Termo Resolutivo Certo					Comissão de Serviço				
				Provedas	A Prover	Total pontos trabalho provedas	Mobilidade interna no Município de Tomar			Mobilidade interna de outros Organismos para o Município de Tomar				Provedas	A Prover	Total pontos trabalho provedas			Total pontos trabalho provedas	Total pontos trabalho provedas			
Intercursos	Intercursos	Na categoria em condições vantajosas	Intercursos	Intercursos	Na categoria em condições vantajosas	Intercursos	Intercursos	Na categoria em condições vantajosas	Intercursos	Intercursos	Na categoria em condições vantajosas	Provedas	A Prover	Total pontos trabalho provedas									
Assistente Técnico	Assistente Técnico	<b>Desenho</b> - Exercer, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do desenho, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar e/ou compor maquetas, desenhos, mapas, cartas ou gráficos relativos à área de atividade dos serviços a partir de elementos que lhe são fornecidos e segundo normas técnicas específicas e, bem assim, executar as correspondentes artes finais; executar trabalhos de pormenorização em projectos de construção civil e arquitectura; executar desenhos cartográficos de espaços exteriores, dedicados ou não à construção civil e zonas verdes e, bem assim, de planos de enquadramento urbano paisagístico; executar desenhos de plantas de implantação topográfica de espaços exteriores; executar a ampliação e redução de desenhos; efectuar o cálculo de dimensões, superfícies, volumes e outros factores não especificados.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do desenho	4		4											4	0	4				
Assistente Técnico	Assistente Técnico	<b>Desporto</b> - Exercer, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do desporto.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do desporto	1		1											1	0	1				
Assistente Técnico	Assistente Técnico	<b>Topografia</b> - Exercer, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área da topografia, incumbindo-lhe, nomeadamente: efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, planos, cartas e mapas que se destinam à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins; efetuar levantamentos topográficos; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona de superfície terrestre; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taqueómetros, teodolitos, níveis, estações, teodolitos, etc.; proceder a cálculos sobre os elementos colhidos no campo; proceder à implementação no terreno de pontos de referência para determinadas construções; traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área da topografia	1		1											1	0	1				
Assistente Técnico	Assistente Técnico	<b>Turismo</b> - Exercer, com base em diretrizes bem definidas e instruções gerais, funções de natureza executiva e de aplicação de métodos e processos, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, requerendo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de curso do ensino secundário ou equivalente, na área do turismo, incumbindo-lhe, nomeadamente: executar, a partir de instruções e orientações precisas, trabalhos de apoio técnico em ações de promoção, animação e informação turística; executar o serviço de expediente geral, tais como, a recepção, expedição e arquivo de documentos; informar e dar pareceres de carácter técnico sobre matérias relacionadas como o turismo; requisitar o material turístico e cultural necessário ao bom funcionamento dos serviços; desempenhar funções de secretariado e aplicar conhecimentos de línguas estrangeiras escritas e faladas.	12º ano de escolaridade, ou curso que lhe seja equiparado, na área do turismo	5		5											5	0	5				
				93	9	102	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	93	9	102	0	0	0	0
Carreiras Gerais	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	<b>de Cemitério</b> - Exercer funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, designadamente: coordena a gestão dos edifícios e equipamentos do cemitério; coordena a atividade de outros trabalhadores de campo; faz a ligação entre a administração do cemitério e o pessoal de campo; fiscaliza os trabalhos realizados no cemitério; informa os superiores hierárquicos das anomalias existentes na sua área de atuação.	Escolaridade obrigatória	1		1										1	0	1				
	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	<b>de Jardins</b> - Exercer funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável; realiza tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação, nomeadamente: responsabiliza-se pela afetação dos trabalhadores que supervisiona aos diferentes trabalhos em execução, coordenando-os no exercício das suas atividades; reúne-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dá conhecimento do andamento dos trabalhos e de eventuais irregularidades, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste diretrizes que devem orientar o trabalho; procede à inventariação das faltas e entradas de serviço do pessoal, regista e calendariza os pedidos de férias, com vista a assegurar o bom funcionamento das obras em execução, participando e descrevendo aos dentes de trabalho.	Escolaridade obrigatória	1		1											1	0	1			













*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

CARRERA	CATEGORIA/CARGO	ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS/ACTIVIDADES	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA OU PROFSSIONAL	Relação Jurídica de Emprego Público												Observações
				por Tempo Indeterminado						por Tempo Limitado Certo						
				Provedor	A Prover	Total postos trabalho previstos	Mobilidade Interna no Município de Tomar	Mobilidade Interna de outros Organismos para o Município de Tomar	Provedor	A Prover	Total postos trabalho previstos	Total postos trabalho previstos C.F.P.	Total postos trabalho a Prover C.F.P.	Total postos trabalho previstos C.F.P.	Comissão de Serviço	

c) Unidades Orgânicas			Área de Formação Académica Exigida	A Extinguir Após a Adequação da Estrutura Orgânica
Departamento de Ordenamento e Gestão do Território		Arquitetura		A Extinguir
Divisão de Obras de const. Civil e Infra-Estruturas Elétricas		Engenharia civil		A Extinguir
Divisão de Manutenção, Oficinas e Transportes		Engenharia Médica		A Extinguir
Divisão de Turismo, cultura e Museologia		sociologia e outros estudos		A Extinguir
Departamento de Obras Municipais e serviços Urbanos		Engenharia civil		
Divisão Financeira		Gestão de Empresas		
Divisão de Recursos Humanos		Gestão de Recursos Humanos		
Divisão dos Assuntos Jurídicos e Administrativos		Direito		
Divisão de Ordenamento e Gestão do Território		Arquitetura ou Engenharia Civil		
Divisão de Educação, Ação social, Desporto e Juventude		Desporto ou Educação		
Divisão de Turismo, cultura, Museologia e comunicação		Sociologia e outros estudos		
Divisão de Proteção Civil		Proteção civil ou engenharias ou engenharia, ciências e administração militar		
Unidade Orgânica Flexível do 3.º Grau - Oficinas, Transportes, Resíduos Sólidos Urbanos e canil		Engenharia Médica ou Ambiente		
Unidade Orgânica Flexível do 3.º Grau - Jardins, Cemitérios, Mercados e Feiras		Engenharia civil ou Florestal		

d) Perfil de competências exigidas para as carreiras gerais e especiais não revistas		
Carreiras	Categorias	Designadamente, as seguintes competências previstas na Portaria n.º 1633/2007 de 31 de dezembro
Técnicos Superiores e Especialistas de Informática	Técnicos Superiores e Especialistas de Informática	Orientação para resultados; orientação para o serviço público; análise da informação e sentido crítico; conhecimentos especializados e experiência; adaptação e melhoria contínua; iniciativa e autonomia; trabalho de equipa e cooperação
Assistente Técnico, chefe de serviços de Administração Escolar e Fiscal Municipal	Coordenador Técnico e chefe de serviços de Administração Escolar	realização e orientação para resultados; orientação para o serviço público; conhecimentos e experiência; organização e método de trabalho; adaptação e melhoria contínua; coordenação; trabalho de equipa e cooperação
	Assistente Técnico, Técnico de Informática e Fiscal Municipal	realização e orientação para resultados; orientação para o serviço público; conhecimentos e experiência; organização e método de trabalho; adaptação e melhoria contínua; trabalho de equipa e cooperação; iniciativa e autonomia
Assistente Operacional e Bombeiro Municipal	Encarregado Operacional e chefe e subchefe de Bombeiro Municipal	realização e orientação para resultados; orientação para o serviço público; conhecimentos e experiência; organização e método de trabalho; coordenação; optimização de recursos; responsabilidade e compromisso com o serviço; orientação para a segurança
	Assistente Operacional e Bombeiro Municipal	realização e orientação para resultados; orientação para o serviço público; conhecimentos e experiência; organização e método de trabalho; trabalho de equipa e cooperação; adaptação e melhoria contínua; orientação para a segurança

- e) Outras disposições:**
- e1)** Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, os coordenadores técnicos, assistentes técnicos e assistentes operacionais, quando a actividade dos postos de trabalho assim o exigir e desde que participam em operações de lançamento, liquidação e cobrança de impostos, taxas e outros rendimentos municipais, podem auferir o suplemento remuneratório abono para falhas.
  - e2)** Os trabalhadores desempenham a atividade definida no mapa de pessoal, o que não prejudica, de forma esporádica, o exercício de outras funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, desde que detenham a adequada qualificação profissional para o efeito e que não implique desvalorização profissional



Câmara Municipal de Tomar



DELIBERAÇÃO  
(6/PPRC/PR/2013)

**ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2014 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014**

Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2014, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em quarenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil Euros (€ 44.758.000,00).

Foi ainda presente o projeto do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tomar, para o ano de 2014.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmaras, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar, para o ano financeiro de 2014 e respetivo mapa de pessoal.

Mais deliberou a Câmara submeter a documentação acima referida à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos das disposições conjugadas da al. c) do n.º 1 do art.º 33º, e al. a) do n.º 1 do art.º 25, ambos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor e três abstenções dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira e Pedro Alexandre Ramos Marques.

Os Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira ditaram a seguinte declaração de voto: “A mensagem da coligação PS/CDU não transmite qualquer expectativa ou confiança uma vez que se escuda numa série de dificuldades externas que, segundo a mesma, são as responsáveis pela falta de estratégia que essa mesma coligação confessa que não tem.

Contudo, em alturas de crise e de pouco recursos financeiros, nunca devemos descurar a potencialização das “forças vivas” do concelho de Tomar, a instituição de parecerias e a promoção da comunhão de esforços entre as várias instituições do concelho, como aliás o PSD teve oportunidade de realçar com os contributos e ideias que deu, para as Grandes Opções de Plano para 2014, mas que mais uma vez, por parte da coligação PS/CDU, não houve qualquer acolhimento, por uma questão meramente partidária.

As GOP para 2014 primam pela ausência de dinâmicas que possam permitir um desenvolvimento planeado e sustentado do Concelho de Tomar, ignorando a maioria dos contributos que o PSD apresentou.

As GOP primam pela ausência de estratégia social, de investimento e de apoio ao associativismo e cultura.

Além do mais, quando a coligação PS/CDU refere que elaborou o orçamento para 2014 num contexto de crise económica financeira, sob um programa de ajustamento definido pela denominada “troika” caracterizado por grande austeridade, em grande parte acrescida pela política definida pelo governo português, gostaríamos que fizesse referência ao acréscimo da receita relativo a transferência de 100% do IMI rústico e aumento de 1% do IMI urbano, facto que a coligação omite.

Nada também é referido quando aos esforços que pretende realizar na vertente da despesa, invocando-se tão só que a despesa estrutural é de € 23.515,950. No entanto, não nos podemos

esquecer que o Orçamento de Estado prevê uma redução remuneratória nos funcionários que recebem mais de 675 Euros, facto que também é claramente omitido no documento apresentado.

De realçar também que este documento apenas vem reforçar aquilo que infelizmente temos vindo a constatar: A DEMAGOGIA VENCEU!

Tendo estado o PS, no mandato anterior, durante dois anos em coligação para a governação dos destinos da Câmara Municipal não pode e nem deve desculpar-se com a dificuldade financeira do Município. Por isso, constatamos que não se coibiu de faltar à verdade com os eleitores durante a campanha eleitoral de 2013, fazendo promessas que bem sabia não podiam ser concretizáveis.

E agora, para surpresa de todos, vem afirmar que este não é o orçamento que gostaria de apresentar, uma vez que está comprometido pelas opções anteriores.

Este orçamento vem realçar que política de verdade e rigor não existe na coligação PS/CDU, que tudo prometeu para chegar ao poder, mas aí chegado nada parece estar a fazer para a proteção e defesa do interesse coletivo das populações.

Temos ainda que destacar a pouca ou quase inexistente aposta na área da promoção do investimento e na ausência de ideias estruturantes de apoio efetivo ao tecido empresarial local e na criação de emprego, que necessita mais do que nunca do apoio do Município.

Constatamos ainda uma severa e grave redução das transferências para as freguesias, sendo tais verbas reduzidas ao escaço valor de € 150.000,00, quando eram de € 650.000,00, o que certamente não chegará para que as mesmas possam face às suas despesas correntes.

Retirar desse valor o montante de € 500.000,00 e transferi-los para Acordos de Execução, sem se estabelecer um documento com regras e critérios específicos, deixará na mão da coligação PS/CDU a arbitrariedade do poder de decisão dos projetos que essas mesmas freguesias possam ter idealizado e projetado a favor dos reais interesses da sua população, o que constitui uma violação dos princípios da descentralização do poder local, previsto na Constituição da Republica Portuguesa.

Os Vereadores do PSD, não concordam com grande parte das opções constantes do documento de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, conforme evidenciado neste documento.

Porém, sempre assumimos uma oposição construtiva e é nossa intenção dar o benefício da dúvida, pois tratam-se das primeiras Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar, apresentada pela coligação PS/CDU, pelo que o seu sentido de voto será a ABSTENÇÃO.

Contudo, não iremos prescindir da nossa postura atenta e iremos continuar a apresentar as propostas que entendemos que sejam as que melhor servem o concelho de Tomar, na esperança que a coligação PS/CDU que lidera os destinos do concelho de Tomar coloque de uma vez os interesses de Tomar à frente dos seus interesses partidários.”

O Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques ditou a seguinte declaração de voto:

“1. No PREÂMBULO a maioria PS/CDU, que gere a Câmara, afirma que: *“os documentos previsionais que apresentamos apoiam-se em princípios e regras de rigor, contenção, prudência, equidade geracional e transparência, (...) tendo sempre em conta, apesar de todas as restrições, as necessidades agudizadas dos munícipes e da evolução do concelho”* (sic)

2. Aduz que *“O orçamento municipal de receita proposto apresenta um valor de 44.758.000€. Mas várias são as incertezas que condicionam este orçamento: dos inúmeros processos em tribunal cujo desfecho é imprevisível, à lei recente das novas atribuições das juntas de freguesia, cuja ambiguidade não permite para já, saber com rigor a dimensão do envelope financeiro a transferir para cada uma delas. Ainda assim, a relação com estes importantes parceiros na estratégia de desenvolvimento a trilhar, com princípios de homogeneidade do território na qualidade de vida em*



igualdade para todos – conhecerá uma nova forma de trabalho baseado na disponibilidade para os diálogo e na transparência de procedimentos" (sic).

3. E afirma: "... as opções do Plano refletem na despesa os compromissos assumidos ao longo dos últimos anos e para os quais não houve em tempo o conveniente desfecho, ou dos projetos em curso ou do cumprimento desses projetos. São disso exemplo maio os casos do Parque T, com 4.776.000€, e a obra da Levada com 4.334.600€, obra para a qual se fará um grande esforço de conclusão em 2014, iniciando em paralelo o seu projeto de musealização ainda inexistente. É por isso importante ressaltar com grande destaque a despesa estrutural comprometida: **pessoal: 10.011.460€ - despesas de funcionamento: 10.395.000€ - serviço da dívida (amortização + juros de empréstimos: 3.109.490€ - Total: 23.515.950€**" (sic).

4. E na parte final deixa consignado que: "Os objetivos previstos no orçamento para 2014 impõem princípios de contenção e rigor, ponderação e bom planeamento. E também uma franca disponibilidade democrática para acolher os melhores contributos chegados, tanto das forças políticas, no âmbito da Câmara ou Assembleia Municipal, como vindos de outros contributos da comunidade tomarense. (...) Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa." (sic)

5. Procedendo a uma aprofundada análise aos valores **orçamentados** para as principais rubricas da **Despesa**, verificamos o seguinte:

- 1.1. Globalmente, as despesas correntes **diminuem** de 26.817.085,96€ realizados em 2012 para 24.736.905,00€ (menos 2.080.180,96 €) – 9,22%.
- 1.2. As despesas com o pessoal (10.011.460,00€) **aumentam** 1.780.778,47€ face às realizadas em 2012 (8.230.681,53€).
- 1.3. Na aquisição de bens e serviços (despesas correntes) (10.395.600,00€) o seu valor **aumenta** 1,41 vezes em relação às realizadas em 2012 (7.363.019,80€). Anteriormente este aumento era justificado com *transportes escolares, encargos de instalações e serviços especializados*, **mas como neste documento nada se especifica fica sem se saber a que se deve tal aumento.**
- 1.4. O conjunto das Despesas com o Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representa o custo anual da 'máquina municipal', o qual tem tido um acentuado crescimento nos últimos anos e na previsão para 2014 (20.406.060,00€) verifica-se mais um aumento de 4.812.758,70€ face ao realizado em 2012 (15.593.701,33€)
- 1.5. A amortização de empréstimos contraídos – Despesas de Capital - no montante de 2.741.145,00€, representa um **aumento** de 336.819,48€ face ao realizado 2012 (2.404.325,52€).
- 1.6. O total da Despesa (Corrente + Capital), num montante de 44.758.000,00 euros, representa um **acrécimo** de 845.000,00€ face ao realizado em 2012 (43,913 milhões de euros).
3. Quanto à **Receita**, mantendo a linha dos anos anteriores, continuamos perante um verdadeiro "milagre da multiplicação dos pães". Ora, não se vislumbrando, além do QREN, outras fontes de financiamento, como é possível apresentar um Orçamento que se situa 18,05 milhões de euros acima do executado em 2012?!
- 3.1 As Receitas Totais, orçamentadas em 44,758 milhões de euros, **aumentam** 18,05 milhões de euros face às cobradas em 2012 (26,704 milhões de euros).



3.2. As principais variações verificam-se nas seguintes rubricas:

- a. Impostos Indirectos/Loteamentos e Obras - apresenta uma estimativa para 2014 de 1.930.955,00€, **superior** a quase dezassete vezes o valor arrecadado em 2012 (113,69 mil euros);
- b. Transferências Correntes – orçamentadas em 11,632 milhões de euros, **crecem** 2,432 milhões em relação ao realizado em 2012 (9,200 milhões de euros);
- c. Transferências de Capital - orçamentadas em 5,647 milhões de euros, **decrecem** 1,622 milhões de euros face ao realizado em 2012 (7,269 milhões de euros);
- d. Venda de bens de investimento (terrenos, habitações, edifícios, etc.) – o valor orçamentado de 8.030.000,00€ representa um **crescimento** de 7,767 milhões de euros face ao executado em 2012 (262.302,16€). Nesta rubrica consideram-se alienações de terrenos (550.000 euros), habitações (860.000 euros) e edifícios (4.500.000€). **Coloca-se a questão de saber se estes exageradíssimos valores têm a ver com a alienação do Convento de Santa Iria/ex-Colégio Feminino. Na ausência de uma cabal explicação e não sendo realistas os valores previstos para tais eventuais alienações, adivinham-se as consequências que daí advirão.**
- e. Rendas (Rendimentos de propriedades) – orçadas em 3,676 milhões de € - **aumentam** 2,147 milhões de euros em relação à receita cobrada em 2012 (1,529 milhões de euros);
- f. Vendas de bens e serviços – orçamentadas em 6,209 milhões de euros **crecem** 3,477 milhões de euros face ao realizado em 2012 (2,732 milhões de euros);

3.3 Caso o grau de execução orçamental de 2013 seja consistente com os anos anteriores (40,29% em 2012, 50,51% em 2011, 46,74% em 2010, 63,9% em 2009, 56,3% em 2008, 59,3% em 2007, 48,9% em 2006, 45% em 2005 e 50,9% em 2004) e dado que no Documento em análise nada é apresentado em sentido contrário, é de esperar mais um comportamento desastroso para as restantes rubricas da Receita.

3.4 A dado passo do Preâmbulo vem referido que: “*Ainda assim, fica clara a aposta na Educação e Apoios Sociais que no seu conjunto englobam 2.772.000€*” (sic).

Embora não seja referido que montantes da receita afectos a estas despesas, pois importaria saber qual o montante de receitas próprias do Município, esperamos que elas correspondam à realidade, pois a população carente de Tomar bem precisa.

No Documento não é disponibilizada informação sobre a execução em 2013.

Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, pode indiciar a possibilidade de, mais uma vez, estarmos vez perante um exercício orçamental fantasioso, ou mesmo sem método, nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas.

No entanto e como é do conhecimento público os compromissos de anos anteriores são significativos. Para os INDEPENDENTES *por* TOMAR não se vislumbra no documento em análise nenhuma estratégia consistente que preveja a resolução dos graves problemas financeiros do Município.

Ora, se as Receitas fossem calculadas com o mínimo de rigor, seria significativa a sua repercussão nas Despesas, nomeadamente nas de Capital, o que implicaria um corte significativo no investimento.

4. ASSIM SENDO,

4.1. Além da decréscimo das Despesas Correntes, continuamos perante mais um exercício de sobre orçamentação da Receita, embora muito mais modesto, que os anteriores.

4.2. Confirma-se, também, que, grande parte do “*financiamento definido*” tem, em grande parte, o significado que receitas quase inexistentes, para além do que, o “*financiamento a definir*”, seguindo-se as práticas dos anos anteriores, terá o significado de receitas virtuais.

4.3. A Prestação de Contas do ano de 2012 confirmou um crescente sufoco da tesouraria do Município em resultado da realização de investimentos cujo financiamento, apesar de “*definido*”, não se traduziu na efectiva arrecadação de receitas e ainda como resultado do aumento galopante das despesas correntes.

Quanto ao Documento/Preâmbulo merece o seguinte comentário: mudou no estilo e mudou no conteúdo. Mesmo assim e apesar disso, continua a ser um documento carente de fundamentação e em que os devidos pressupostos das estimativas apresentadas estão ausentes.

Quanto ao Orçamento propriamente dito, estamos perante uma estimativa inflacionada, na sequência, aliás, do que vem sendo hábito nos últimos anos em que a execução orçamental, com excepção dos anos de 2003 em que chegou aos 60,2%, (valor executado na receita de 31 milhões de euros para um valor orçamentado de 51,6 milhões) e 2009 em que atingiu os 63,9%, se situou sempre abaixo deste valor.

Os dados mais recentes, nomeadamente em 2012, em que a execução orçamental foi de 40,29% (receitas de 26,705 milhões de euros para um orçamento de 66,288 milhões de euros), apontam para uma realidade bem diferente daquela que, de forma virtual, o PSD nos foi propondo ao longo dos anos nos Orçamentos, sendo certo que, no presente, a maioria PS/CDU aponta para uma receita de 44,758 milhões de euros, ou seja, mais de um vez e meia (167,6%) superior à arrecadada em 2012 (26,705 milhões de euros).

Estamos, sem justificação, perante um Orçamento que, a concretizar-se a realização de despesas sem a correspondente receita efectiva, só contribuirá para agravar a já incombortável situação financeira do Município.

Para 2014 os encargos financeiros ultrapassam os quatro milhões seiscentos e vinte seis mil euros, dos quais 2,741 milhões de euros de amortização de empréstimos, e um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil euros dos juros desses empréstimos, a locação financeira e outros juros e encargos financeiros.

Os INDEPENDENTES *por* TOMAR entendem que é crucial alterar radicalmente as políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos para se evitar que o Município se continue a endividar cada vez mais e também para impedir que as despesas de funcionamento mantenham um ritmo de crescimento assustador.

Se não houver coragem e capacidade para mudar o rumo político e os errados paradigmas da governação, Tomar será cada vez mais pobre e mais dependente.

Tal como nos anos anteriores, não se vislumbram neste documento medidas e políticas estruturantes que visem objectiva e directamente **incentivar a actividade económica**.

Continuam a inexistir medidas objectivas de **captação de investimento** e de atracção e **fixação de população**.

Mantém-se também a inexistência de políticas e de medidas adequadas e eficazes na área do **Turismo**, que, é um sector fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho e, por ausência de estratégia, tem sido votado ao esquecimento.

Na **acção social** exige-se uma política consistente que vise uma efectiva protecção dos mais carenciados, afectados pelo agravamento da crise económica e social.

Na **área cultural e desportiva** é crucial uma visão estratégica e necessária uma adequada coordenação política.

Tomar que já foi conhecida como "**cidade-jardim**", não só deixou de o ser, como passou a ser uma Cidade cinzenta, incaracterística e muito suja, o que muito nos penaliza.

Exige-se uma estratégia que **consolide Tomar no contexto regional**, com adequadas opções de investimento e com o aproveitamento do riquíssimo património histórico e cultural.

Entendemos como prioritário apostar em investimentos a ações, tal como propusemos à população no documento "Prioridades e Compromissos".

É urgente e impõe-se a definição de uma estratégia que vise o integral aproveitamento dos financiamentos disponibilizados pelos fundos comunitários para o período de 2014-2020.

### EM CONCLUSÃO

O investimento baseado numa estratégia que vise o desenvolvimento económico do Concelho de forma sustentada é fundamental para a comunidade tomarense, famílias, instituições e empresas..

Para os INDEPENDENTES *por* TOMAR, um Concelho virado para a Comunidade é essencialmente um concelho virado para as pessoas e, estamos certos, de que ninguém tem dúvidas da dureza para as famílias tomarenses do ano que se avizinha.

Há que dar apoio às famílias carenciadas e ter carteira uma almofada que permita responder de forma expedita aos novos casos de pobreza que diariamente são identificados no nosso concelho.

Qual a avaliação que, em consciência, podemos fazer deste orçamento?

Para além do atrás exposto, é - em nosso entendimento - fundamental a gestão dos recursos humanos da autarquia, tendo em conta, nomeadamente, a redução anual, que por força da Lei se cifra em 2%, pelo que não se percebe como é possível ter actualmente um quadro com 521 trabalhadores e prever-se um novo com 577!

Acresce ainda que, a reorganização dos serviços implicará, por certo, a adequação da estrutura orgânica mas nunca - em nosso entendimento - o colocar na "prateleira" quadros técnicos (experientes e qualificados) fundamentais à instituição, num processo que é inaceitável e que primou pela falta de dignidade e de respeito para com esses trabalhadores. Nesta "mudança" tudo decorreu de forma negativa e sem trazer qualquer mais-valia ou vantagem para o Município.

Também não se pode aceitar o argumento de que as “coisas” estavam piores do que o previsto como forma de não cumprirem tudo aquilo que – em nosso entender, por razões meramente eleitoralistas – o PS, agora em coligação com a CDU, prometeu aos munícipes. Todos nós, com excepção de alguns detalhes, conhecíamos, no essencial, a realidade pouco abonatória e o desastre financeiro dos 16 anos de gestão do PSD. Aliás, o PS que no anterior mandato esteve durante dois anos coligado com o PSD, tinha obrigação de conhecer a situação com a qual foi conivente e pouco ou nada fez que alterasse o seu rumo, pelo que não pode vir agora socorrer-se de tal argumento.

Esperamos sinceramente a bem do Município e dos Tomarenses, que haja capacidade para pôr em prática o que constava dos respectivos programas eleitorais e, desse modo, não frustrar as legítimas expectativas da população, nem seguir os maus exemplos anteriores, quer autárquicos, quer do Governo do País, em que muito se promete e pouco ou nada se cumpre!

Por essa razão a nossa proposta foi diferente, assente nas “**Prioridades e Compromissos**” que assumimos com a população, pelo que e em respeito por tal proposta, as nossas políticas se centrariam, fundamentalmente, no desenvolvimento económico e no âmbito efectivamente social.

Ora, tendo presente que a maioria PS/CDU se compromete a “*proceder à elaboração de um orçamento rectificativo no início do segundo semestre, capaz de refletir de forma mais evidente o cunho do executivo agora em funções, e a filosofia de mudança da gestão e orientação nos serviços do município que pretendemos implementar*” (sic) e no qual se aguardam as necessárias medidas estratégicas conducentes ao desenvolvimento do Concelho, visando fazer face às crescentes dificuldades socioeconómicas das famílias e das empresas, os INDEPENDENTES *por TOMAR*, concedendo o benefício da dúvida - **ABSTÉM-SE.**”

**Tomar, 23 de dezembro de 2013**

***Seguimento:***

- À DF p/ dar seguimento ao deliberado.

A Presidente da Câmara



Anabela Freitas

A Técnica Superior



M.ª João Henriques



Tomar, 17 de Jan. de 2014

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013

## MINUTA DE DELIBERAÇÃO

.../...

--- Entrando no **Ponto Nove** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 23.12.2013, sobre as “**Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano 2014 e Mapa de Pessoal para o ano de 2014**”, ao abrigo da alínea b), do nº 2, do Artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: José Manuel Mendes Delgado, do Partido Social Democrata; Rui Garcia Simões, dos Independentes por Tomar; Paulo Jorge da Encarnação Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Luis António Antunes Francisco, dos Independentes por Tomar fez uma intervenção do seguinte teor: “*Pelas razões já anunciadas o Grupo dos Independentes por Tomar opta por abster-se na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano de 2014...* -----  
*Contudo não podemos deixar de fazer nota da fraqueza do documento apresentado. Em termos de forma ele com certeza cumprirá os mínimos exigidos. Ao lê-lo temos dificuldade em perceber e ponderar sobre as grandes opções do atual Executivo Municipal. Num início de mandato parece-nos razoável a apresentação de um plano estratégico para os próximos anos. Quais as prioridades? Qual o rumo a seguir? Quais os investimentos? Qual o faseamento? ----- Houve, é certo, os programas de candidatura, no entanto agora temos uma coligação a governar o município, há além disso a realidade que se encontra. Parece pois fazer sentido que se elabore um documento estratégico, que seja presente a quem tem o dever de ponderar as grandes opções para o município – os deputados municipais. ----- Não existindo o plano estratégico, existe o documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano de 2014”... que no grosso se consubstancia no orçamento e não mais... além do apresentar da receita previsional há um listar de projetos e ações aos quais são atribuídas dotações orçamentais. Parece pobre.----- Levantamos algumas questões para reflexão e ponderação futura: ----- Quais os objetivos que se pretendem atingir? Em termos gerais? Com cada ação/projeto em particular? ----- Não haverão ações e projetos significativos, que mereçam apresentação em termos de plano e que se realizarão sem despesa relevante, incorporada nos gastos gerais do município? Não existem opções de trabalho, de projetos a realizar pelas diferentes divisões do município, cuja verba está implícita nos gastos de estrutura do município e que mereceriam ser apresentados no plano? ----- Qual o faseamento e a calendarização dos projetos e ações? ----- Não facilitaria se as principais rúbricas do orçamento fossem acompanhadas de quadros explicativos, que decompusessem os “grandes números”, deste modo o orçamento não seria mais elucidativo e claro para quem o aprecia? ----- Parece-nos que há aqui um campo de compromisso e de clareza para com o município a melhorar. Com mais compromisso e clareza no Plano e Orçamento conseguimos com certeza melhor avaliar as realizações e o Relatório e Contas correspondente a apresentar”; ----- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, do Partido Socialista; António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar; Ricardo Manuel dos Santos Lopes, do Partido Social Democrata; José Manuel Mendes Delgado, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; Maria de Lurdes Ferromau Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar; Tiago Manuel Henriques Carrão, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar (2ª intervenção); Américo da Conceição Pereira,*



Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira; Nuno Miguel da Silva Ferreira, do Partido Socialista; António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata; Manuel António Diogo Carlos, do Partido Social Democrata; Luis Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Paialvo e Maria Celeste Jesus Nunes, do Partido Socialista. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado com quinze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido Socialista, e Coligação Democrática Unitária e dezasseis abstenções do Partido Social Democrata, Independentes por Tomar e Bloco de Esquerda. -----

--- O Grupo Municipal Independentes por Tomar apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: "**Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano de 2014 - Declaração de Voto:** Um Plano de Actividades constitui o principal instrumento da gestão, em que se irá concretizar uma ideia, uma visão estratégica para o Concelho e a actividade de um ano, a qual tem de ser articulada com a dos anos anteriores e com a dos anos subsequentes, dada a sua interdependência. -----

O suporte financeiro do Plano é o Orçamento, que prevê as verbas destinadas a concretizar aquilo que se propõe. -----

O PSD, no poder consecutivamente durante dezasseis anos, começou por consignar a divisa "**Tomar (um) Rumo!**", em que a revisão do PDM e o parque temático eram as acções estruturantes a desenvolver e a realizar. O parque temático nunca existiu e a revisão do PDM, começada uns anos depois, ainda não está concluída. Apareceu depois o "**Projecto com futuro!**", mas sem qualquer suporte programático, isto apesar do ano eleitoral que se aproximava. -----

Para o ano de 2008 a divisa já foi: "**O futuro constrói-se!**". Para o ano de 2009: "**Tomar com futuro!**". Para o ano de 2010, já com a conjuntural e espúria maioria PSD/Partido Socialista, a divisa passou a ser: "**Um Concelho mais competitivo!**". Para o ano de 2011, com a coligação em rota de colisão e em acentuada desagregação, a divisa foi: "**Um Concelho mais solidário!**". Para 2012 a ainda maioria PSD/PS avançou com a divisa "**Um Concelho solidário e mais coeso!**", mas as GOP não foram aprovadas pelo Executivo Camarário e não entraram em vigor. -----

Finalmente para o ano de 2013 (o último do mandato anterior) a então maioria relativa PSD apresentou como divisa: "**Um Concelho Virado para a Comunidade!**". -----

Ora, sendo certo que esta palavra de ordem se adequava aos tempos difíceis que vivemos (e que, infelizmente, se continuarão viver) e que até poderia ser aceitável se estivesse assente em opções políticas substancialmente diferentes, protagonizadas por outra gente e se tal fosse a expressão da realidade – o que manifestamente se não verificou! -----

Entretanto os recentes resultados eleitorais autárquicos operaram uma mudança política, da qual resultou a actual maioria PS/CDU, que nos vem apresentar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2014, sob o lema: "**Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa**". -----

No PREÂMBULO a actual maioria PS/CDU afirma que: "...os documentos previsionais que apresentamos apoiam-se em princípios e regras de rigor, contenção, prudência, equidade geracional e transparência, (...) tendo sempre em conta, apesar de todas as restrições, as necessidades agudizadas dos munícipes e da evolução do concelho" (sic). -----

E, na parte final desse PREÂMBULO afirma-se que: "Os objetivos previstos no orçamento para 2014 impõem princípios de contenção e rigor, ponderação e bom planeamento. E também uma franca disponibilidade democrática para acolher os melhores contributos chegados, tanto das forças políticas, no âmbito da Câmara ou Assembleia Municipal, como vindos de outros contributos da comunidade tomarense. (...) **Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa.**" (sic) -----

Aguardamos que a franca disponibilidade democrática se concretize e que tais princípios sejam correspondidos pelos actos e, objectivamente, não acabem desmentidos pela realidade! -----

Mas que as baixas execuções orçamentais (a partir de 2004 até ao presente) – a rondar os 50% ou mesmo abaixo de tal fasquia – e a difícil situação financeira em que o Município se encontra, não são nada animadoras e não auguram nada de bom. -----

Os Planos irrealistas e os Orçamentos hiperinflacionados destes últimos anos assentaram numa reiterada política de taxas e tarifas no máximo limite possível e na necessidade de justificar o crescente endividamento também no máximo limite permitido por Lei (ex. o aumento dos juros dos financiamentos, mais a amortização de empréstimos). -----



Está conforme o original

Tomar, 17 de Jan. de 2014 J.P.

Ora, os seus resultados estão bem à vista de todos: -----  
**baixa de população – estagnação – retrocesso no desenvolvimento** -----  
No Plano de Actividades que nos é apresentado afirma-se a dado passo que: -----  
"Ainda assim, fica clara a aposta na Educação e Apoios Sociais que no seu conjunto englobam 2.772.000€" (sic). -----  
Pese embora o facto de não serem concretizados quais os montantes da receita afectos a estas despesas, designadamente das receitas próprias do Município, tais intenções são positivas. -----  
Esperamos sinceramente que a aposta venha a corresponder à realidade, pois a população carente de Tomar bem precisa. -----  
No Documento não se encontra qualquer informação sobre a execução orçamental de 2013. ---  
Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, pode indiciar a possibilidade de, mais uma vez, estarmos perante um exercício orçamental fantasioso, ou mesmo sem método, nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas. -----  
Como é do conhecimento público os compromissos assumidos em anos anteriores são de valor muito significativo e os os INDEPENDENTES por TOMAR não vislumbram nas GOP e Orçamento para 2014 nenhuma estratégia consistente que preveja a resolução dos graves problemas financeiros do Município. -----  
Estamos perante um Plano de continuidade, vocacionado para a tarefa de tentar concluir as obras em curso (obras da Levada, obras do Mercado e outras) incluindo no seu Orçamento verbas para tentar liquidar os compromissos financeiros assumidos – taxas dos novos loteamentos, vendas de património e fundos nacionais e comunitários. -----  
Mas, dos loteamentos muito pouco se pode esperar, dada a patente estagnação da actividade económica e a teia burocrática que os tem envolvido. -----  
No contexto de crise em que vivemos as vendas de património nem se mostram exequíveis e nem tão pouco pode haver a expectativa de que, a sua eventual concretização, venha gerar os altos valores orçamentados. -----  
Quanto aos fundos nacionais e comunitários, a sua comparticipação é sempre parcial, cabendo à autarquia assegurar o financiamento da parte não comparticipada, com recurso a fundos próprios (inexistentes, como é sabido) ou ao crédito bancário, o qual é de difícil acesso e se revela muito oneroso! -----  
Aliás, é por causa disso que o endividamento do Município é muito significativo! -----  
Acréscimo que, terminado o QREN, ainda irá demorar o arranque de um novo quadro comunitário, o qual se prevê muito mais restritivo e exigente. -----  
Portanto as expectativas não são muito risonhas! Mas, com o exercício deste Executivo de maioria PS/CDU, se fará luz sobre todas as incertezas! -----  
Constatamos, então, haver uma actuação centrada na receita - por sinal muitíssimo inflacionada - enquanto nos parece não haver nada que aponte para uma estratégia de contenção orçamental da despesa. -----  
Antes, pelo contrário, é-nos uma apresentada uma alteração ao **Mapa do Pessoal** com a criação de lugares para mais 11 (onze) técnicos superiores, mais 9 (nove) assistentes técnicos e mais 36 (trinta e seis) assistentes operacionais. -----  
Ora, estando a Autarquia obrigada por Lei a uma gestão rigorosa dos recursos humanos, inclusive à redução anual de 2%, não se percebe como é possível prever-se um quadro de pessoal com 577 trabalhadores, (fls. 13 do "Mapa de Pessoal para o ano de 2014), sendo que o actual tem 521. -----  
Entretanto enfatiza-se a despesa com pessoal nas despesas estruturais, agora na ordem dos 10 milhões de euros. -----  
Não seria mais sensato esperar pelo resultado dos trabalhos da equipa de projecto constituída pelos técnicos superiores que viram as suas funções cessadas? Certamente que, tal como esperam reduzir despesa através da reorganização de serviços, será espectável obter uma eficiente recolocação interna de pessoal por força da tal eliminação de redundâncias de operações e processos. -----  
Pois não sabemos e disso gostaríamos de ser esclarecidos, como foram encontradas as necessidades para estas categorias e não outras, o porquê destas áreas de formação académica e não outras e porque não se prevê o provimento através da mobilidade interna no Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Está conforme o original

Tomar, 17 de Jan. de 2014

*Acresce que, uma reorganização dos serviços (necessária, é certo) implica a adequação da estrutura orgânica, mas nunca a colocação na "prateleira" de quadros técnicos experientes e qualificados e fundamentais ao Município.*

*O processo encetado primou pela falta de dignidade na actuação, pela evidente falta de respeito para com os trabalhadores afectados e decorreu de forma negativa e sem trazer qualquer vantagem ou mais-valia para o Município.*

*Realmente, mais valia ter actuado de forma mais estruturada, mais cautelosa, mais segura, mais digna para todos saírem a ganhar!*

*O Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR entende que é crucial proceder a uma alteração radical das erradas e erráticas políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos, para estancar o endividamento sistémico do Município e também para impedir que as suas despesas de funcionamento mantenham um ritmo de crescimento crescente.*

*Se não houver a coragem e a capacidade de alterar o rumo político seguido e os errados paradigmas da governação, Tomar será cada vez mais pobre, mais dependente, mais secundarizado!*

*Os INDEPENDENTES por TOMAR apresentaram à população do Concelho um conjunto de "PRIORIDADES E COMPROMISSOS", em que as políticas a executar se centrariam, fundamentalmente, no desenvolvimento económico e no âmbito social.*

*Afigura-se-nos que a actual maioria PS/CDU pode acolher tais "PRIORIDADES E COMPROMISSOS" no seu exercício governativo e inclui-las mesmo no próximo orçamento rectificativo.*

*Face ao exposto e uma vez que a maioria PS/CDU se compromete a "proceder à elaboração de um orçamentamento rectificativo no início do segundo semestre, capaz de refletir de forma mais evidente o cunho do executivo agora em funções, e a filosofia de mudança da gestão e orientação nos serviços do município que pretendemos implementar" (sic) e no qual se aguardam as necessárias medidas estratégicas que conduzam a um efectivo desenvolvimento do Concelho, visando fazer face às crescentes dificuldades socioeconómicas das famílias e das empresas, o Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR, concedendo o benefício da dúvida, - **ABSTÉM-SE** nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2014.*

*Tomar, 30 de Dezembro de 2013. O Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR".*

*--- Esta Deliberação foi tomada em minuta.*

Tomar, 30 de dezembro de 2013

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
José Manuel Fortunato Pereira

O Primeiro Secretário,

  
João Manuel P. Henriques Simões

